Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 17

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL
O que muda no auxílio-doença do INSS? Veja novas regras e como pedir (Previdência) . . . 3

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
"DURAÇÃO INCOMPATÍVEL" - Fachin determina fim do inquérito das fake news após sete anos sob relatoria de Moraes . . . 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Indústria e agronegócio puxam novo recorde de recuperações judiciais . . . 8

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
PF afasta dois delegados do caso Master da chefia de investigação . . . 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL
Ampliação do gasto eleva despesa em até R$ 390 bi em dois anos . . . 12

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL
BC paraguaio tem mudanças após caso ueno . . . 14

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL
Caixa Seguridade tem o lucro 3,7% maior no 3 tri . . . 16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Dólar fecha estável, a R$ 5,50, com apetite por risco . . . 17

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL
Fundos de pensão calculam buraco de R$ 45 bi em julgamento do STF sobre Previdência (Previdência) . . . 18

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
PEC da Segurança mira histórico de bloqueio de recursos para estados . . . 19

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Barradas no Simples Nacional: dívidas deixam 300 mil empresas fora do regime tributário em 2027 . . . 21

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Lucro da JBS teve recuo de o 72% no 3 tri com fim da cota da China . . . 22

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

CNJ pode votar hoje regras para a venda de precatórios e medidas para reduzir ações judiciais contra o INSS 24

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Petrobras propõe período de transição na reforma tributária 25

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
O Cervejarias apostam no 4 tri para salvar o ano 26

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Importação e exportação sob o IBS eaCBS 28

G1 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Reforma tributária muda regras para renda com aluguel; veja como fica para pessoas físicas e jurídicas 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
.Desoneração sobre combustíveis vai seguir até 9 de dezembro 33

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
Mercado reage com cautela a discurso sobre fiscal 34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Governo eleva para 30% tarifa sobre importação de pneus 36

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Firpo propõe ajuste por critério de qualidade do gasto que pode liberar 2,8% do PIB para União em dez anos 37

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Endividamento deve reduzir tíquete da Black Friday 40

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Colômbia busca acordo de US$ 15 bi com o FMI 42

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA
O que os mercados financeiros esperam dos Democratas 43

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
ECONOMIA
Credores de recuperações têm R$ 13,2 bi a receber 45

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR SETORIAL - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
ECONOMIA
COMO VIABILIZAR NOVOS PROJETOS 47

O que muda no auxílio-doença do INSS? Veja novas regras e como pedir (Previdência)

Cristiane Gercina

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e a **Previdência Social** mudaram as regras do auxílio-doença concedido pelo Atestmed , sistema no qual o segurado envia o atestado médico e não precisa passar por perícia médica.

Desde 6 de novembro, o segurado que tem o benefício negado pode entrar com solicitação de reanálise em até dez dias. É possível anexar novos documentos ou digitalizar receitas, exames e laudos que foram enviados com falhas.

A mudança não afeta a possibilidade de recurso. O beneficiário ainda tem prazo de até 30 dias para entrar com um recurso contra a decisão negativa. A reavaliação do segurado será feita por médico diferente do que fez a perícia inicial.

Outra alteração diz respeito ao número de negativas necessárias para ser examinado por um perito médico da Previdência. Após ter dois pedidos negados, o cidadão é encaminhado para a perícia. Antes, era preciso três negativas, ou seja, apenas após 90 dias era possível passar por exame presencial.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Segundo a advogada Adriane Bramante, da comissão de direito previdenciário da OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo) e conselheira do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), a mudança no Atestmed deve diminuir a judicialização e era uma reivindicação da OAB.

"Era uma pauta que a comissão nacional de direito previdenciário da OAB estava querendo há muito tempo. Porque o perito analisava o documento e não dava opção para o segurado recorrer se houvesse alguma inconsistência. Agora, evitará um novo requerimento e a judicialização", diz ela.

A portaria 54 do **INSS** e do Ministério da **Previdência Social** modificou três pontos nas regras do auxílio-doença concedido por meio do Atestmed, que é o benefício concedido por meio de perícia a distância, só com o atestado médico.

As mudanças são:

Antes da portaria 54, o cidadão fazia o pedido de auxílio-doença pelo Meu **INSS** e, se o perito entendesse que não havia o direito, ele negava o benefício. Após três negativas, o cidadão era enviado para a perícia médica. Não havia o direito à reanálise. Para fazer novo pedido após o não do **INSS**, era preciso esperar 30 dias

A principal alteração foi a criação da reanálise, que é uma espécie de cumprimento de exigência. O cumprimento de exigência no **INSS** é a chance de anexar documentos que faltam ao seu pedido de aposentadoria ou pensão. O mesmo vai ocorrer com o auxílio-doença. Neste caso, há também a chance de mandar o mesmo documento, se havia problema anterior de digitalização, por exemplo

Criado na pandemia de Covid-19, o Atestmed permite a concessão do auxílio por incapacidade temporária por análise de documentos médicos, sem necessidade inicial de exame presencial. Basta o segurado fazer o pedido pelo aplicativo ou site Meu **INSS**

O segurado deve acessar o aplicativo ou site Meu **INSS**. É preciso ter senha do portal Gov.br. Veja o passo a passo:

O atestado, laudo ou relatório médico deve ser legível, sem rasuras e contar com:

Nome completo do paciente

Data de emissão

Período estimado de repouso

Assinatura e carimbo do profissional com CRM, CRO ou RMS (a assinatura pode ser eletrônica)

As informações sobre a doença ou CID (Classificação

Internacional da Doença)

A pessoa empregada poderá voltar ao trabalho no dia seguinte ao indicado pelo médico, se a data da perícia for após o período estimado de repouso. No entanto, ainda é preciso ir à perícia no dia marcado pelo **INSS**, se este for o caso

Ele pode anexar novos documentos ou reenviar exames e laudos já enviados, inclusive quando houve falha de digitalização ou quando a documentação foi considerada insuficiente para comprovar a incapacidade.

A reanálise será feita por um médico diferente do que avaliou o pedido inicial. O **INSS** espera concluir a segunda análise em até uma semana, com prazo máximo de dez dias para resposta.

Se o segundo médico mantiver a negativa, o segurado terá 30 dias para recorrer administrativamente ao CRPS (Conselho de Recursos da **Previdência Social**). Também é possível recorrer diretamente ao CRPS, no mesmo prazo de 30 dias, sem passar pela reanálise

Com a nova portaria, a possibilidade de perícia presencial é aberta após o segundo indeferimento pelo Atestmed. Antes, o encaminhamento ocorria somente após três negativas. Além disso, o médico pode entender que há necessidade de perícia, conforme a incapacidade. Essa informação será dada ao segurado via sistema

A reanálise vale apenas para negativas médicas por falta de elementos que comprovem incapacidade para o trabalho. No caso de o pedido ser negado por questões administrativas, como falta de carência ou perda da qualidade de segurado, é preciso recorrer ao conselho de recursos ou fazer novo pedido após 30 dias. Para evitar negativas, o segurado deve enviar desde o início, pelo Meu **INSS**, atestado, exames, laudos, relatórios detalhados e outros documentos que expliquem a doença, as limitações e o afastamento recomendado

Site: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2026/11/o-que-muda-no-auxilio-doenca-do-inss-veja-novas-regras-e-como-pedir.shtml

"DURAÇÃO INCOMPATÍVEL" - Fachin determina fim do inquérito das fake news após sete anos sob relatoria de Moraes

MARIANA MUNIZ, DIMITRIUS DANTAS E PEPITA ORTEGA politica@oglobo.com.br BRASÍLIA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, encerrou ontem o inquérito das fake news, investigação que durou sete anos e se desdobrou em múltiplas frentes com a justificativa de que era preciso garantir a defesa da Corte diante de ataques à instituição. Fachin afirmou que o procedimento, que ficou de março de 2019 a setembro deste ano sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes, era "incompatível" com o princípio legal que trata da duração do processo. Ou seja, segundo o seu entendimento, a apuração negligenciou o tempo razoável para a sua conclusão.

A manifestação de Fachin ocorreu no mesmo dia em que a Procuradoria-Geral da República (PGR) também se posicionou pelo fim da apuração. O ministro ressaltou, porém, que 104 apurações derivadas do inquérito não serão necessariamente encerradas. Elas serão analisadas uma a uma: algumas já foram arquivadas a pedido da PGR, outras enviadas a outras instâncias e, em alguns casos, a Procuradoria já ofereceu denúncia.

SEM OBJETO DEFINIDO

O inquérito foi criado de ofício - ou seja, por iniciativa própria -pelo ministro Dias Toffoli e entregue à relatoria de Moraes. Neste intervalo, foi criticado por juristas e integrantes da própria Corte pela ausência de um objeto definido e também pelo sigilo imposto a grande parte dos fatos apurados.

No despacho, Fachin ordena um pente-fino para que dados pessoais de investigados sejam preservados e que, posteriormente, o sigilo dos documentos seja derrubado.

"Uma investigação que, depois de mais de sete anos, permanece aberta à agregação de fatos e procedimentos supervenientes distancia-se de sua natureza preparatória. Inexiste fundamento para que uma investigação permaneça indefinidamente aberta a acontecimentos futuros", escreveu Fachin.

Os autos, de acordo com o ministro, chegaram a 57 volumes, 100 apensos e mais de 1.300 peças. No parecer encaminhado ao STF, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, sustentou que o objeto da investigação principal havia se esgotado.

Depois de focar em apoiadores radicais do ex-presidente Jair Bolsonaro que ameaçaram ministros e nos eventos de 8 de janeiro de 2023, o inquérito chegou ao seu ponto mais crítico este ano. Na ocasião, Moraes usou a relatoria do caso para ordenar à Polícia Federal (PF) a entrega de relatórios de inteligência que citavam o colega André Mendonça.

Foi uma reação direta a um pedido anterior de Mendonça, que havia ordenado à PF a elaboração de documento com citações ao próprio Moraes em mensagens trocadas com Daniel Vorcaro, dono do Banco Master.

Em meio ao impasse, Fachin puxou para si a relatoria do caso. Ontem, o magistrado teve o cuidado de ressaltar que o fim do chamado "inquérito-mãe" não implicará no fim de desdobramentos de outros processos.

"A presente decisão não acarreta, por seu só efeito, a invalidação dos atos anteriormente praticados, nem das ações penais e investigações autônomas que tenham resultado dos elementos informativos colhidos no procedimento", afirmou Fachin na decisão.

Ao justificar o arquivamento, Fachin destacou ainda que a decisão não representa uma revisão da constitucionalidade da abertura do inquérito, reconhecida pelo plenário do STF em 2020. Segundo ele, o que está em discussão é a possibilidade de manter indefinidamente uma investigação originalmente concebida para apurar fatos determinados.

"A questão, portanto, não se situa no plano da origem, mas no da permanência. Indaga-se apenas se, transcorrido lapso superior a sete anos, ainda subsistem razões juridicamente idôneas para sua manutenção como procedimento investigatório matriz, aberto à incorporação sucessiva de fatos e linhas de

apuração", disse o presidente do STF.

O presidente do STF também reconheceu a importância das investigações realizadas ao longo dos últimos anos. Segundo a decisão, elementos reunidos no inquérito contribuíram para a abertura de outros procedimento separa a responsabilização de envolvidos em ataques às instituições, inclusive nos processos relacionados aos atos de 8 de janeiro de 2023 eà tentativa de golpe de Estado.

"A partir das provas que foram aqui produzidas, outros inquéritos e outras investigações foram abertas. Elas resultaram em mais de 1.600 ações penais", destacou Fachin.

Ao longo dos anos, a apuração também foi pivô constante de atritos entre o Congresso e o Supremo. Também foi alvo de duras críticas de aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Desde que assumiu o inquérito, o presidente do STF deu início ao que chamou de "saneamento" da investigação. Fachin passou a análise dos mais de 100 procedimentos pedindo informações à Polícia Federal sobre o estágio de cada apuração e enviando os casos para a PGR, para que o órgão defendesse o arquivamento das investigações, sua continuação ou então oferecesse denúncias sobre possíveis crimes identificados.

Na sexta-feira, por exemplo, Fachin determinou o arquivamento de uma notíciacrime apresentada pelo ministro Flávio Dino contra o ex-deputado federal e exprocurador da Lava-Jato Deltan Dallagnol. A decisão acolheu manifestação da PGR que considerou não haver motivos para dar prosseguimento ao caso. A representação foi apresentada por Dino em abril de 2023, quando o ministro do STF ainda ocupava o cargo de ministro da Justiça do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Dino foi empossado na Corte em fevereiro de 2024, na vaga aberta com a aposentadoria da ministra Rosa Weber.

Em outras frentes, o ministro já arquivou apuração sobre o pastor Silas Malafaia e outra sobre o escritor Guilherme Fiuza. Também pediu à PF informações sobre diligências pendentes em uma apuração sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro.

MÚLTIPLOS ALVOS

Esta investigação foi aberta após Bolsonaro, à época em que era presidente, usar um inquérito sigiloso sobre um ataque hacker ao Tribunal Superior Eleitoral em 2018 para atacar as urnas eletrônicas.

A primeira operação ostensiva aberta no inquérito das fake news ocorreu no mesmo mês em que a investigação foi aberta, março de 2019.

Na ocasião, Moraes determinou que a PF fizesse buscas para investigar um suposto esquema de financiamento para divulgação em massa de mensagens que visavam "lesar a independência do Judiciário".

Logo em seguida, o ministro mandou retirar do ar uma reportagem da Crusoé e do site O Antagonista que citava Dias Toffoli. A decisão, que foi criticada e classificada como uma censura, foi revogada após recursos.

Longo histórico de negociações

Março de 2019

O procedimento é instaurado sem provocação do MP pelo então presidente do Supremo, Dias Toffoli, para investigar ataques ao STF. Toffoli entregou a relatoria a Alexandre de Moraes.

Abril

Moraes determina a retirada do ar de reportagem da Crusoé e do site O Antagonista que mencionava Toffoli em contexto envolvendo a Odebrecht, sob a justificativa de "fake news". A decisão foi revogada após recursos.

Maio de 2020

Moraes expede 29 mandados de busca e apreensão contra blogueiros e empresários como Allan dos Santos, Luciano Hang, Otávio Fakhoury e o ex-deputado Roberto Jefferson.

Seis parlamentares foram alvos, como Bia Kicis e Carla Zambelli.

Junho

Após o inquérito ser alvo de questionamento, o STF declara a constitucionalidade da investigação por 10a1.Oúnicoa divergir foi o ministro Marco Aurélio Mello.

Fevereiro de 2021

Moraes determina a prisão em flagrante de Daniel Silveira após a divulgação de vídeo com ataques e ameaças a ministros do Supremo e elogios ao AI-5.

Agosto

O então presidente Jair Bolsonaro é incluído no inquérito a partir de notícia-crime encaminhada pelo TSE por declarações públicas com alegações de fraude nas urnas eletrônicas.

Junho de 2022

O relator manda incluir no inquérito o Partido da Causa Operária, que defendeu a dissolução da Corte em postagens. Para Moraes, as mensagens atingiram a honra do STF e TSE.

Novembro de 2024

Moraes compartilha investigação sobre golpe com o das milícias digitais e das fake news. No relatório final do golpe, a PF citou as duas investigações, também sob relatoria de Moraes.

Fevereiro de 2026

O inquérito passa a investigar acessos indevidos a sistemas da **Receita Federal** que teriam exposto dados sigilosos de ministros do STF e seus familiares. O presidente de sindicato de auditores, Kléber Cabral, é ouvido pela PF como investigado. Em entrevista, Cabral havia feito críticas à operação contra servidores por suspeita de vazamento de dados. Em carta a Fachin, OAB pede o fim do inquérito, manifestando "extrema preocupação institucional com a permanência e conformação jurídica de investigações de longa duração".

Março de 2026

Moraes determina busca e apreensão contra o jornalista maranhense Luís Pablo Conceição Almeida por suposto crime de perseguição contra o ministro Flávio Dino.

Abril de 2026

Gilmar Mendes envia notícia-crime a Moraes solicitando que o ex-governador de Minas Gerais Romeu Zema (Novo) seja investigado no âmbito desse inquérito. O motivo é um vídeo publicado pelo pré-candidato à Presidência com críticas a Gilmar.

Setembro de 2026

Em despacho protocolado no âmbito do inquérito das fake news, Moraes pede investigação do ministro André Mendonça por "indícios de crimes" na relatoria do caso Master. Fachin retira do inquérito o pedido.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Indústria e agronegócio puxam novo recorde de recuperações judiciais

"Probabilidade é alta de o volume explodir novamente no 1º trimestre de 2027" Juliana Bumachar

O agronegócio e a indústria puxaram, no terceiro trimestre, uma nova alta no volume de recuperações judiciais. No período, um total de 432 novas empresas - 197 desses setores - recorreram ao processo em todo o país, elevando o estoque para 8.478. O número representa um crescimento de 21,2% em relação ao mesmo período de 2025, segundo o Monitor RGF-BIZDOC, obtidos com exclusividade pelo

O volume é recorde e deve continuar crescendo em razão de um represamento natural que ocorre em períodos pré-eleitorais, segundo especialistas. Muitos empresários, afirmam, esperam para ter alguma segurança sobre o cenário político para optar pelo caminho da recuperação judicial. O fenômeno também explica o fato de as recuperações estarem se adensando no comércio, que costuma ser um dos últimos elos da cadeia de produção.

No fechamento do terceiro trimestre, o comércio se consolidou na liderança, com o maior número de empresas em recuperação judicial no país: 1.737. É seguido de indústria (1.647), agropecuária (1.416) e construção (1.103).

Fabio Bentes, economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), atribui o aumento do estoque

Valor.

de empresas em recuperação, principalmente, ao aperto monetário causado pelas altas taxas de juros ao longo dos últimos anos. Segundo ele, o custo do crédito encarece o capital de giro e leva à inadimplência das empresas. "A mudança de hábitos da população, que passou a preferir serviços ao consumo de bens, também é um fenômeno difícil de reverter", diz.

No recorte regional, chama atenção o fato de o Estado do Mato Grosso ter a maior proporção do país de empresas em recuperação: uma a cada mil. Na sequência vem Goiás, com 0,61 a cada mil, e Alagoas, com índice de 0,52. Em números absolutos, o Paraná liderou, com a entrada de 88 novas empresas ao processo no período, seguido por São Paulo (55) e Minas Gerais e Goiás (52 cada). Ao todo, em 21 das 27 unidades federativas houve alta no estoque.

Para Claudio Damasceno, sócio sênior da consultoria RGF-BIZDOC, "cada empresa em recuperação judicial é também uma carteira de recebíveis travada em fornecedores, bancos e prestadores". Assim, afirma ele, as empresas que hoje engordam o estoque ainda devem transmitir os efeitos de suas dificuldades financeiras para outras empresas, suas credoras.

Hoje, de acordo com o estudo, a causa mais citada para as recuperações é a "inadimplência de clientes", com 55% do total. Na sequência vem "queda de faturamento e demanda" e "custo do crédito e juros", com 16% cada.

A expansão continua sendo puxada pelas micro (188), pequenas (137) e médias (292) empresas. Proporcionalmente, em relação ao volume total de companhias no país, porém, a taxa de reestruturações ainda é baixa. Entre as grandes (63) e muito grandes (21), a situação é oposta: há poucas empresas em recuperação, mas a proporção é bem mais alta.

Essa fotografia também evidencia o momento de maturidade dos ciclos de reestruturação que estamos vivendo, na avaliação de Juliana Bumachar, do escritório Bumachar Advogados Associados. Segundo a avaliação da especialista, as empresas enfrentaram nos últimos dois anos um cenário de grandes reestruturações e sempre que isso ocorre há um "delay" para que as pequenas e médias empresas passem a sentir as consequências.

"Cada grande player tem outros pequenos e médios na cadeia. Quando um dos grandes precisa de reestruturação, acaba afetando diretamente esses fornecedores, clientes. Começa com uma onda retardatária de pequenas e médias e isso já começou a partir do segundo trimestre deste ano", afirma a advogada.

Apontada como uma das principais alternativas a um processo de reestruturação, a recuperação extrajudicial cresceu marginalmente no terceiro trimestre, de 13 para 15, de acordo com o Monitor RGF-BIZDOC. Juliana Bumachar destaca que as vantagens do modelo são evidentes: "É mais rápida, consensual, mais barata e não afeta diretamente a

imagem da empresa. A resposta imediata do mercado é sempre positiva, a negociação prévia com os credores só tende a ser bem-recebida".

O remédio, no entanto, não é para todos, ressalva Claudio Damasceno. Ele costuma ser mais adequado para as empresas maiores, e acaba servindo de antessala para projetos de reestruturação mais intensa e até pedidos de recuperação judicial posteriores. "Na maioria dos casos, a empresa ganha tempo para renegociar as dívidas", diz.

Outro dado que chama atenção dos especialistas é o fato de que 157 empresas conseguiram sair ativas do processo de recuperação no terceiro trimestre, enquanto outras 112 tiveram decretada a convolação em falência. No acumulado histórico do levantamento, desde março de 2023, 19% das empresas que pediram recuperação conseguiram se recuperar (um total de 2.085). Segundo Damasceno, o dado só demonstra a importância de buscar o remédio judicial antes que "a situação tenha degringolado", para aumentar as chances de recuperação.

Por outro lado, o volume de falências requeridas diminuiu, de 456 no segundo trimestre para 306 no terceiro. O relatório mostra que comércio e indústria somam 60% das falidas, apontando que, por serem setores que fazem uso de capital de giro intensivo, são mais sensíveis a crédito de fornecedor e a quedas de demanda.

Para o próximo trimestre e 2027, a perspectiva não é nada animadora. O volume de pedidos de recuperação deve aumentar, especialmente por causa do efeito dominó sobre as demais empresas da cadeia. Damasceno destaca que o relatório registrou, além dos outros números divulgados, pedidos de 159 cautelares que ainda não foram oficializadas como recuperações e que devem engrossar o volume dos próximos trimestres.

Fatores externos também vão influenciar o cenário brasileiro. Nas cadeias expostas a preços internacionais, câmbio, demanda externa e escoamento, os choques tendem a chegar com atraso. Primeiro vem o aperto de caixa, depois o pedido, e por fim o registro na **Receita Federal**, que é a base do levantamento.

Juliana Bumachar destaca que tem chamado atenção a urgência das empresas que têm buscado o escritório para estruturar uma recuperação. "Às vezes a situação da empresa ainda nem é tão grave, mas é urgente e não dá para esperar", diz. A probabilidade é alta de o volume explodir novamente no primeiro trimestre do ano que vem, segundo ela, porque, devido ao recesso, poucas empresas vão querer se arriscar, agora, a fazer um pedido que só vai ser apreciado no ano que vem.

PF afasta dois delegados do caso Master da chefia de investigação

EDUARDO GONÇALVES
eduardo.gonçalves@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA mais abaixo) (Leia

Corporação informou que exonerações ocorreram devido a reestruturação interna e que apurações seguem inalteradas

Da página 1 O comando da Polícia Federal (PF) decidiu afastar dois delegados que atuavam na coordenação de investigações relacionadas ao Banco Master. Daniel Mostardeiro Cola chefiava a Coordenação-Geral de Repressão à Corrupção, Crimes Financeiros e Lavagem de Dinheiro e Wedson Cajé Lopes era o coordenador de Repressão à Corrupção do órgão.

Desde que o escândalo da instituição financeira foi revelado, ambos assinaram diversos relatórios, como no caso das mensagens enviadas pelo banqueiro Daniel Vorcaro ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

Segundo integrantes da PF, a mudança ocorreu devido a uma reestruturação interna da corporação, sobretudo na Coordenação de Inquéritos nos Tribunais Superiores (Cinq), que cuida de casos relacionados a autoridades com foro privilegiado e, por isso, é responsável pelas investigações sobre as fraudes financeiras do Master.

INQUÉRITOS INABALADOS

O Cinq estava subordinado ao CGRC e agora passará a ser uma coordenadoria-geral, sendo submetida diretamente à diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado e à Corrupção (Dicor), que hojeécomandadapelodelegado Dennis Cali. O Cinq, por sua vez, continuará com a chefia do delegado Victor Arruda de Oliveira, que também assina vários relatórios da PF relacionados ao Master.

Em nota, a assessoria da PF informou que não se pronuncia sobre atos de gestão de pessoal de forma individualizada. A corporação ressaltou, porém, que na ponta as equipes responsáveis pelos inquéritos das Operações do Compliance Zero (referentes ao Master) e da Sem Desconto (sobre fraudes no **INSS**) permanecem inalteradas.

"As designações e dispensas de funções de confiança do órgão (Funções Comissionadas Executivas - FCEs) são atos de gestão relacionados à organização interna da instituição, pautados por critérios de conveniência e oportunidade administrativa", diz o texto, que continua:

"As funções de chefia e coordenação exercidas na Polícia Federal não se confundem com as atividades finalísticas de condução de investigações e não implicam em qualquer alteração nas equipes responsáveis pelos inquéritos em andamento na Diretoria de Combate ao Crime Organizado e Facções Criminosas, inclusive aqueles relacionados às Operações Compliance Zero e Sem Desconto".

A Polícia Federal comunicou ainda que está em fase de elaboração o relatório solicitado pelo presidente do STF, ministro Edson Fachin, por meio de ofício enviado no dia 2 de outubro, sobre informações envolvendo integrantes da Corte encontradas nas investigações do Banco Master. A PF trabalha na conclusão de três relatórios sobre o envolvimento dos ministros Kassio Nunes Marques, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli com Vorcaro, informou a colunista Malu Gaspar.

Segundo a colunista Bela Megale, do GLOBO, Fachin aguarda os documentos para decidir sobre a relatoria do

Master. No fim do mês passado, o presidente do STF devolveu a relatoria das investigações sobre os descontos ilegais do **INSS** ao ministro André Mendonça,masmanteveocaso relacionado ao banco com ele por 90 dias. O prazo expira em 12 de dezembro.

A ala ligada a Moraes tem tentadoconvencerFachinalevar a discussão sobre os relatórios da PF para o plenário do tribunal e tirá-la da segunda turma sob o argumento de que pode haver imputações a dois membros do colegiado, Toffoli e Nunes Marques.

A exoneração dos dois delegados ainda não foi publicada no Diário Oficial da União.

Cola deve voltar para a sua lotação original na superintendênciadoRioGrandedoSul.E Cajé continuará vinculado ao Dicor. Os dois também foram signatários

de representações que apontaram a relação próxima de Vorcaro com o senador Ciro Nogueira (PP-PI) e ex-diretoresdoBancoCentral.

Eles também constam como autores do pedido para abrir uma investigação contra o senador Flávio Bolsonaro (PLRJ) pelos supostos crimes de lavagem de dinheiro, evasão de divisas e corrupção. Este casoserefereàmovimentaçãofinanceira destinada a custear o filme "Dark horse", sobre o expresidente Jair Bolsonaro.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Ampliação do gasto eleva despesa em até R$ 390 bi em dois anos

Estudo considera que é preciso um superávit primário de pelo menos 1,5% do **PIB** para interromper alta da dívida pública

A ampliação da agenda de gastos públicos em programas sociais e benefícios ao setor privado no decorrer deste ano, incluindo as medidas concedidas na corrida presidencial, pode expandir as despesas em R$ 390 bilhões no biênio 2026 e 2027. O valor inclui as reduções de receitas que as medidas impuseram. A agenda de elevação de carga tributária, para compensar parcialmente a alta de gastos, soma R$ 200 bilhões.

O resultado no biênio, portanto, deve ser de aumento líquido de R$ 190 bilhões nos gastos. Para 2027, a herança adicional é de R$ 90 bilhões em despesas recorrentes. O ajuste fiscal para interromper o crescimento da dívida pública é de R$ 350 bilhões. O quadro é mais desafiador, porque o aumento de gastos primários recorrentes dificulta ajustes. Há também elevação de receitas "de baixa qualidade", que podem ter efeitos negativos na produtividade e contratos.

As estimativas e análise são dos economistas Marcos Mendes, pesquisador do Insper, e Marcos Lisboa, sócio-diretor da Gibraltar Consulting. O estudo considerou, quando existentes, dados de execução orçamentária. Na ausência deles foram utilizadas estimativas oficiais ou declaradas por autoridades públicas. Para casos de receitas e despesas recorrentes sem estimativa para 2027 em diante, foram repetidos os valores nominais de 2026. Considerando total de 57 medidas, o estudo mostra que o impacto líquido de aumento de gastos pode cair de R$ 148 bilhões em 2026 para R$ R$ 41 bilhões em 2027. Mendes destaca, porém, a diferença de composição e natureza dos gastos entre os dois períodos.

O estudo mostra que o impacto em 2026 é muito concentrado em mecanismos financeiros e extraorçamentários, que somaram R$ 126 bilhões. Para 2027, estão previstas na ampliação de agenda R$ 5 bilhões de despesas financeiras e extraorçamentárias. O levantamento destaca, porém, que esses dois gastos costumam aumentar ao longo do ano, porque não dependem de regras fiscais ou orçamentárias.

Quando se compara as despesas primárias, porém, há aumento de impacto, de R$ 122 bilhões em 2026 para R$ 137 bilhões em 2027. "Vemos impacto crescente de medidas primárias na veia", diz Mendes. Ele exemplifica com aumento do Bolsa Família, inclusão de canetas emagrecedoras no SUS e aumento do faturamento do Microempreendedor Individual (MEI). "Nas medidas extraorçamentárias e financeiras, basta extinguir as linhas de crédito, devolver o dinheiro dos fundos públicos ao Tesouro. O ajuste é relativamente rápido. Mas, quando se assume muitos compromissos do ponto de vista primário, fica mais difícil de ajustar", compara. Mendes destaca que as despesas recorrentes, mais difíceis de alterar porque elevam a rigidez orçamentária, devem se ampliar de R$ 43 bilhões em 2026 para R$ 90 bilhões em 2027.

Mendes e Lisboa estimaram uma diminuição da parcela das medidas expansionistas que são não recorrentes em 2027. Mesmo assim, os cálculos indicam um impacto sobre o teto de gastos em 2027 de R$ 65 bilhões, superior aos R$ 18 bilhões de 2026. "Isso significa necessidade de cortes em outras despesas para acomodar as novas", diz o estudo, que também destaca que o governo tem usado "medidas criativas para alargar o teto".

Para Mendes, a elevação de despesa tem resultado em perda de qualidade das políticas públicas. Ele exemplifica com o Pé-de-Meia, para manter na escola estudantes de ensino médio de baixa renda. "Mas foram feitas duas extensões. Primeiro, a todos os estudantes da rede pública, e não só para os mais carentes. Já houve perda de foco. Depois foi criado o Pé-de-Meia para universitários. Há um diagnóstico ou isso foi feito no calor da campanha eleitoral?" A ampliação do MEI, diz, é outro exemplo. O MEI foi feito para incentivar formalização dos mais pobres, mas o aumento do teto do faturamento, diz, deve atrair mais pessoas da classe média e alta, em busca de subsídio tributário. "O próprio aumento do Bolsa Família foi feito num programa que perdeu qualidade. O mais correto seria redesenhar o programa, voltar para as características iniciais", diz Mendes.

Outro aspecto, ressalta, é que as medidas de aumento de arrecadação tomadas para tentar minorar o impacto do aumento de gastos são de "péssima qualidade". "Quando se eleva imposto de importação de bens de

capital e bens de informática, se dá um tiro no pé da produtividade da economia. Quando se aumenta imposto na exportação de petróleo, são rasgados contratos de concessão que não previam isso."

Cerca de 63% do aumento de receitas que as medidas devem trazer para 2027 virá de iniciativas prejudiciais à economia - pelo impacto negativo na produtividade ou na estabilidade contratual-, ressalta o pesquisador do Insper.

O estudo, diz Mendes, considera que é preciso alcançar superávit primário de pelo menos 1,5% do **PIB** para interromper o crescimento da dívida pública. Mas o esforço necessário, ressalta, depende do que vai acontecer com os juros. "Quando há um pacote fiscal consistente e que convença a sociedade, o juro desaba. Mas isso está cada vez mais difícil porque foram feitos truques que não deram certo. O teto de gastos convenceu num primeiro momento, o juro desabou. Mas o compromisso do teto não foi cumprido e veio o novo arcabouço fiscal. Ninguém acreditou mais e não teve impacto nenhum. Agora, para impacto efetivo no juros, é preciso alguma coisa muito convincente. Nada de adiar lá para frente. O governo precisa anunciar medidas que tenham impacto imediato e com consistência ao longo do tempo."

Esse ajuste fiscal, diz Mendes, não se opõe à manutenção de políticas públicas sociais. "Essas políticas já estão sendo desmanteladas pela piora de qualidade delas. E vai desmantelar mais ainda na hora que não der mais para segurar a **inflação**. A alternativa a isso é um redesenho de programas sociais, buscando focalizar a despesa nos mais pobres, sem reduzir o orçamento social atual, mas retirando as distorções que existem nele. Existem tantos vazamentos, distorções e erros de cadastro que um redesenho das políticas e uma melhoria administrativa dos bancos de informação permitiriam melhorar muito o resultado da política social sem aumentar a despesa. Não precisa cortar a despesa."

Ao longo do tempo, aponta, com o aumento da qualidade da política social, com um redesenho, é possível evitar aumentos reais significativos para alguns benefícios muito pesados, como Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou o seguro-defeso. "Não tenho a menor dúvida de que é um falso dilema atender o social e fazer ajuste fiscal. Hoje está se gastando cada vez mais e atendendo cada vez menos o público necessário, deixando penetras de classe média entrar nos programas sociais."

É essencial combater o crescimento da despesa ao longo do tempo, defende Mendes. "A grande inconsistência hoje da política fiscal brasileira é um ritmo de crescimento da despesa obrigatória incompatível com o ritmo de crescimento do **PIB**. É preciso alterar os indexadores dos programas sociais e previdenciários, que são mais de 60% da despesa primária. Temos a velha questão de desvincular esse reajuste do salário mínimo para a correção pela **inflação** ou algum ganho real."

Mendes defende também uma reforma paramétrica da **Previdência Social**. Ele menciona a proposta do economista e especialista em Previdência, Paulo Tafner, que sugere a convergência ao longo do tempo para um regime de capitalização que poderia solucionar a questão previdenciária.

Mas, além dessas mudanças, numa sociedade tão desigual como a brasileira, alerta Mendes, não se pode deixar intactas as emendas parlamentares, os penduricalhos do Judiciário nem benefícios tributários injustificáveis. "Por uma questão de justiça social e de viabilidade do discurso político, é preciso fazer uma coisa ampla. É difícil porque as resistências organizadas devem aparecer, mas estamos numa situação em que a única solução é ter um governo no Poder Executivo com determinação para fazer esse ajuste."

BC paraguaio tem mudanças após caso ueno

"Em nenhum momento, conseguimos acessar mais nada. O dinheiro que tínhamos depositado ficou totalmente congelado" Juan Emilio Paredes

O novo presidente do Paraguai, Pedro Alliana, anunciou ontem uma reestruturação no Banco Central do país (BCP), depois de o escândalo do ueno bank resultar na prisão do ex-presidente da autoridade monetária Carlos Carvallo. O escolhido para substituir Carvallo foi o economista Jorge Schreiner Marengo.

Alliana também designou para a diretoria do BCP o economista Fernando Rivarola, responsável por ter identificado desequilíbrios patrimoniais e operações de crédito de alto risco sem garantias concedidos a empresas do mesmo grupo corporativo do ueno bank.

A crise no Paraguai ganhou força e contornos financeiros, econômicos, políticos e institucionais na semana passada, quando vieram à tona denúncias de que o ueno bank teria mascarado um quadro de insolvência com a ajuda de autoridades. Essas autoridades também teriam auxiliado na captação de recursos públicos da Instituto de **Previdência Social** (IPS) e outros.

O ueno bank pertencia ao empresário Federico Miguel Vázquez Villasanti, que presidia o Grupo Vásquez - controlador do banco. Santiago Peña, que deixou à presidência do Paraguai em meio à crise, foi acionista do Grupo Vázquez, e Carvallo foi presidente-executivo da Financeira Ueno. Os dois estão sendo investigados pelo uso de fundos públicos e conflitos de interesses nos crimes de lesão de confiança.

Peña sofreu impeachment, está preso e responde por administração em proveito próprio, enquanto Carvallo responde por produção de documentos com conteúdo falso. O Ministério Público do Paraguai investiga 37 empresas e 35 pessoas.

Quase 3 milhões de clientes foram afetados pela liquidação da instituição financeira na semana passada, aproximadamente 40% da população do país.

Ontem, o BCP começou a pagar as pessoas que tinham mais de R$ 107 mil (aproximadamente 121 milhões de guaranis, moeda local) no ueno, mas poupadores reclamaram que não foram ressarcidos aqueles que tinham valor inferior a R$ 107 mil.

Aprovado pelo Senado ontem, Marengo, novo presidente do BCP, afirmou que é preciso dar tranquilidade aos poupadores que estão cobertos pelo Fundo de Garantia do país. Ele disse que o BCP demorou para atuar no caso.

Schreiner foi presidente por quase dez anos da Comissão Nacional de Valores do Paraguai, órgão semelhante à CVM no Brasil. Também já foi diretor do próprio BCP e é mestre em política monetária e creditícia pela Universidade de Würzburgo, na Alemanha.

Rivarola também assumiu a diretoria do BCP já na segundafeira, depois de ser ouvido em audiência no Senado do país. Ele firmou o compromisso de proteger os depósitos dos paraguaios.

O atraso tem afetado empresários que operavam pelo ueno. Juan Emilio Paredes, comerciante de 27 anos, disse que precisa cumprir compromissos financeiros com fornecedores, mas o dinheiro na conta da instituição foi congelado. "Em nenhum momento, conseguimos acessar mais nada, o dinheiro que tínhamos depositado ficou totalmente congelado. Desde então, praticamente, vimos por morto nosso dinheiro", afirmou.

Ele disse que encerrou contratos pendentes por insuficiência de fundos. Também afirmou que, apesar dos alertas, não esperava que um banco dessa magnitude fosse à ruína. "Tínhamos que cumprir [obrigações] com os diferentes provedores, comprar materiais e confiávamos em um banco que, em um minuto, terminou arruinando o nosso dia e vários negócios", disse.

Para parte dos paraguaios que não receberam os pagamentos devidos, o problema é a falta de previsibilidade e de comunicação clara da autoridade monetária. A administradora Camila Sánchez, 27 anos, disse que o congelamento foi realizado às 3h de terça-feira da semana passada, mas ela só soube disso de manhã, pelo rádio, quando se dirigia ao trabalho. Ela critica as autoridades que disseram que o ueno estava saudável, em especial Peña. "Se não acreditarmos em nosso presidente, em quem vamos acreditar? Porque ele disse que estava bem esse banco. E era mentira", afirmou.

Sánchez diz ainda não ter recebido o ressarcimento a que tem direito. "Peço que o novo presidente, Pedro Alliana, faça algo, que o Banco Central do Paraguai possa resolver isso. Daí o povo vai começar

novamente a crer no sistema financeiro paraguaio."

O comunicador Pedro Armoa, 34 anos, também disse que foi bastante afetado pela quebra. "Eu tinha vários produtos financeiros, entre eles, certificados de depósitos bancário [...] e também fundos em conta corrente", afirmou. Ele defendeu que seja feito esforço articulado entre o BCP e a Associação de Bancos do Paraguai (Asoban) para dar celeridade aos pagamentos. "Se existe demora na devolução, dificilmente os paraguaios vão querer confiar novamente em outro banco, por mais solvente que isso se mostre."

O economista paraguaio Víctor Raúl Benítez González relaciona o caso do ueno bank com o Banco Master no Brasil. Para ele, os órgãos de regulação e controle estavam frouxos, tanto no Brasil quanto no Paraguai.

"Eles [os dois bancos] pegavam dinheiro de parte de fundos públicos e investiam no mercado de capitais em um longo prazo", ressaltou.

Benitez classifica Rivarola como "herói nacional", afirmando que o agora diretor do BCP fez com que a imprensa e os economistas pressionassem as instituições a respeito das irregularidades relacionadas a ueno bank, Peña e Carvallo. As informações sobre as irregularidades foram encaminhadas por Rivarola à alta cúpula do BCP em julho deste ano, quando ele era gerente da Supervisão da Superintendência de Bancos do Banco Central do Paraguai. As evidências foram deixadas de lado, e Rivalora foi retirado de seu cargo no mesmo mês, por meio de decreto. Ele foi encaminhado na ocasião para a diretoria da Agência Financeira de Desenvolvimento (AFD).

Benitez destacou que, em 72 horas, o ex-presidente e ex-banqueiro central foram presos, e que as instituições funcionaram mais rápido no Paraguai do que no Brasil.

Ele também disse que, apesar da desvalorização do guarani desde o início da crise, a economia do país vinha crescendo 5% em termos anuais, com a **inflação** controlada. Apesar da crise, as agências de riscos mantiveram o grau de investimento do país, destaca também.

Assim como Peña, Alliana também é do Partido Colorado, mas sinalizou que pretende afastar aliados de seu antecessor. O novo presidente solicitou que altos funcionários coloquem seus cargos à disposição.

Caixa Seguridade tem o lucro 3,7% maior no 3 tri

O lucro da Caixa Seguridade cresceu no terceiro trimestre mesmo em um período de queda na emissão de seguros. O lucro gerencial da companhia somou R$ 1,18 bilhão, 3,7% maior na comparação com igual intervalo de 2025. O resultado contábil (em conformidade com a norma CPC 50) foi de R$ 1,17 bilhão, com alta de 3,4%.

O retorno sobre patrimônio líquido recorrente (ROE, na sigla em inglês) atingiu 69,6%, com crescimento de 0,4 ponto percentual em relação ao registrado no mesmo intervalo de 2025.

O resultado foi beneficiado por fatores como o aumento de 1,5% na receita com as operações, para R$ 1,53 bilhão. "O desempenho reflete a execução consistente da estratégia e a solidez da estrutura de parcerias, que continuam proporcionando geração de valor e entrega recorrente de resultados", disse a administração da companhia em relatório.

No segmento de seguros, as emissões caíram 1,7%, para R$ 2,48 bilhões, pressionadas pelos resultados com seguro prestamista. No terceiro trimestre, as emissões desse tipo de apólice, que garante a quitação ou amortização de dívidas em caso de sinistro, somaram R$ 230,2 milhões, 40% abaixo do registrado um ano antes.

A queda foi influenciada pelo cenário mais difícil para o crédito e para a contratação do produto, pela greve ocorrida em setembro e pela suspensão da comercialização do produto vinculado ao crédito consignado **INSS**. Por outro lado, as operações vinculadas ao crédito consignado privado aumentaram 104,6%, para R$ 29,7 milhões, favorecidas por iniciativas como a ampliação da oferta para operações de crédito inferiores a R$ 1,5 mil.

No seguro residencial, também houve queda. As emissões recuaram 10,2%, somando R$ 275,9 milhões. Por outro lado, os prêmios do seguro habitacional aumentaram cerca de 15%, acompanhando o crescimento da carteira de crédito habitacional da Caixa. O ramo auto, composto por apólices da Youse, cresceu quase 32%, para R$ 178 milhões no período.

O índice de sinistralidade total ficou em 24,9%, com aumento de 1,1 ponto percentual em relação ao mesmo trimestre de 2025, e melhora de 0,6 ponto no acumulado do ano. Segundo a Caixa Seguridade, a variação reflete, principalmente, o aumento dos indicadores dos ramos habitacional, impactado por provisões relacionadas a sinistros judiciais, e prestamista, impactado pelo novo fluxo de comunicação e reconhecimento de sinistros.

No grupo de negócios de acumulação, que considera os planos de previdência privada, os títulos de capitalização e os grupos de consórcios, a receita operacional aumentou 5,5%, para R$ 1,04 bilhão.

Em previdência, as contribuições ficaram praticamente estáveis, chegando a R$ 6,5 bilhões. A captação líquida ficou positiva em R$ 1,3 bilhão, com crescimento anual de 25%. No braço de capitalização, o resultado cresceu quase 27%, para R$ 615,3 milhões, com avanço nas vendas dos títulos de pagamento mensal.

A Caixa Seguridade anunciou que distribuirá R$ 1,08 bilhão em dividendos, ou R$ 0,36 por ação. O pagamento é previsto para 13 de janeiro e terá como base a posição de 4 de janeiro.

Dólar fecha estável, a R$ 5,50, com apetite por risco

PAULO RENATO NEPOMUCENO
paulo.renato@oglobo.com.br

Moeda americana recuou 0,06% ontem, mas acumula alta de 10% desde o resultado eleitoral e está acima do Natal passado

Importante variável no preço de itens importados que não podem faltar nas ceias de Natal e ano novo, como o bacalhau ou o azeite de oliva, o dólar fechou estável ontem, com ligeira queda de 0,06%, para R$ 5,50. A cotação atual está 3,8% acima dos níveis das vésperas do Natal de 2025, quando a moeda americana girava em torno de R$ 5,30.

De lá para cá, o comportamento da taxa de câmbio foi de volatilidade. Em maio, as cotações recuaram à mínima de R$ 4,89, impulsionadas pelo apetite internacional pelo petróleo brasileiro, ainda nos primeiros meses de estresse no setor, causado pela guerra dos EUA e de Israel contra o Irã. Depois, o dólar voltaria a subir, já sob influência do debate eleitoral - no dia seguinte ao primeiro turno, cujo resultado deixou o senador Flávio Bolsonaro, candidato derrotado do PL, à frente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que acabaria reeleito no segundo turno, a divisa americana voltou a ser cotada abaixo de R$ 5. Desde a confirmação da reeleição, já acumula valorização de 10%.

BRENT CAI, IBOVESPA SOBE

Ontem, a queda de 5,85% do barril do petróleo tipo Brent (padrão global) a US$ 92,57, quejáregistrabaixade21%em novembro, pressionou o real, dada a importância da matéria-prima para as exportações brasileiras - por isso, queda na cotação do petróleo é sinal de menos dólares entrando na balança comercial brasileira, o que aponta para alta na taxa de câmbio. A moeda americana chegou a R$ 5,52, mas acabou devolvendo a alta diante da recuperação do apetite por risco nas Bolsas americanas, segundo a avaliação Ide an Lima, da Dahlia Capital.

A perspectiva de uma cotação do dólar pressionada para cima ajuda a alimentar as projeções de **inflação** e juros mais altos ao longo dos próximos meses. A edição semanal do Boletim Focus -compilação de estimativas de analistas de mercado feita pelo Banco Central (BC) -divulgada ontem trouxe aumentos nas projeções de consenso para a taxa básica de juros (Selic) e o IPCA, índice de preços calculado pelo IBGE. A estimativa para a Selic no fim deste ano subiu de 13,5% para 13,75% ao ano, o que indica que não haverá mais cortes este ano. Já a projeção de consenso do IPCA

anual de 2027 passou para 4,9%, ante 4,76% anteriormente. A previsão do câmbio subiu a R$ 5,35, de R$ 5,34 na semana anterior.

Em relatório, analistas do banco de investimentos UBS BB destacam que a política fiscal continua sendo o principal risco para as perspectivas da Selic. Apesar disso, a queda nas cotações do petróleo também ajudou a impulsionar um pouco as cotações das ações das empresas listadas na Bolsa. O Ibovespa, principal índice de ações da B3, subiu 2,22%, aos 172.236 pontos.

-Parece-me uma sessão de tomada de risco diante do alívio na cotação do petróleo - disse Ricardo França, da Ágora Investimentos.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Fundos de pensão calculam buraco de R$ 45 bi em julgamento do STF sobre Previdência (Previdência)

Gabriela Echenique

O julgamento no STF (Supremo Tribunal Federal) que pode garantir menor tempo de contribuição às mulheres que recebem pela **Previdência complementar** custaria mais de R$ 45 bilhões, segundo estimativa dos fundos de pensão.

O STF julga um recurso de quatro aposentadas do Banco do Brasil que pedem a aplicação do mesmo critério usado para segurados do **INSS** : o limite de 25 anos de trabalho para as mulheres.

Atualmente, o regulamento do banco considera o tempo de filiação à Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), até o limite de 30 anos, tanto para homens quanto para mulheres.

A análise do caso foi suspensa, mas já há cinco votos favoráveis ao recurso apresentado, que garantiria que as mulheres do regime se aposentassem mais cedo.

Os fundos de pensão afirmam que a mudança seria paga pelos outros associados, mas também pelo patrocinador, no caso, o Banco do Brasil. O custo seria de R$ 23 bilhões apenas no caso do banco.

A preocupação se dá porque o julgamento pode fixar uma tese geral e, com isso, os 289 planos de **Previdência complementar** do país seriam afetados. O buraco estimado pelo setor é de R$ 45,5 bi, sendo custeado até mesmo pela União e pelos estados.

A Previc (Superintendência Nacional de **Previdência Complementar**), entidade vinculada ao governo que supervisiona e fiscaliza os fundos de pensão, também está preocupada com o julgamento e deve apresentar o impacto da medida nos próximos dias.

"Se a tese for vitoriosa, significa redesenhar o sistema de uma forma que nunca foi pensado. É atribuir um caráter solidário a um regime de capitalização, baseado na acumulação de reservas individualizadas", disse Ricardo Pena, diretor-superintendente da Previc.

O placar no STF está em 5 a 3 em favor da tese das aposentadas. Restam os votos dos ministros Gilmar Mendes e Dias Toffoli .

Site:
https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2026/11/fundos-de-pensao-calculam-buraco-de-r-45-bi-em-julgamento-do-stf-sobre-previdencia.shtml

PEC da Segurança mira histórico de bloqueio de recursos para estados

BERNARDO MELLO bernardo.mello@infoglobo.com.br

Texto aprovado pelo Congresso inclui na Constituição envio de metade da verba de fundos federais e impede contingenciamento, prática adotada por diferentes governos desde a década passada

Elaborada pelo governo Lula (PT) e aprovada pelo Congresso na semana passada, a PECdaSegurançamirareverter um histórico de bloqueio de recursos de fundos que abastecem políticas de segurança pública em estados e municípios. O texto inclui na Constituição a regra de repasse obrigatório de 50% da verba do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), além de impedir o contingenciamento desses fundos pelo governo federal. Esses recursos, embora previstos em lei, já sofreram restrições de diferentes governos desde a década passada, inclusive do atual, o que levou os estados a acionarem o Supremo Tribunal Federal (STF) em 2019 para garantir os repasses.

Dados do Painel do Orçamento Federal consultados pelo GLOBO apontam que o FNSP tem verba total estimada em R$ 2,8 bilhões neste ano;jáoFunpenestáestimado em R$ 961 milhões. Esses valores excedem a previsão original do Orçamento de 2026, graças a uma arrecadação acima do esperado com loterias federais e com o confisco de bens de criminosos, que figuram entre as principais fontes de receita desses fundos. O repasse para estados, calculado a partir do Orçamento inicial, prevê R$ 1,08 bilhão via FNSP e R$ 267 milhões do Funpen.

A legislação já prevê repasses obrigatórios desses dois fundos para estados e municípios, e proíbe seu contingenciamento,istoé,obloqueiotemporário dos recursos com o objetivo de atingir metas fiscais. Apesar de proibida, a prática vem sendo recorrente.

Em 2018, quando o Senado discutia um projeto para impedirocontingenciamentodo FNSP, a então senadora Simone Tebet, relatora do texto, estimou que o governo federal havia deixado de utilizar mais da metade dos R$ 4,4 bilhões dofundonosseisanosanteriores, isto é, durante os governos Dilma Rousseff e Michel **Temer**. Já em 2019, todos os 26 estados e o Distrito Federal acionaram o STF para reverter um contingenciamento de R$ 1,1 bilhão do FNSP para o Orçamento daquele ano.

PRÁTICA "INDEVIDA"

O bloqueio havia sido previsto no governo **Temer**, mas foi defendido pela AdvocaciaGeral da União já na gestão de Jair Bolsonaro. O STF, porém, deu razão aos estados e determinou o descontingenciamento. Na ocasião, a ministra Rosa Weber, relatora do caso, disse que a legislação impede o bloqueio direto de recursos do fundo de segurança -isto é, quando o governo suspende empenhos, os gastos previstos -e também a alocação desses recursos em "reserva de contingência" no Orçamento, o que torna essa verba indisponível na prática.

"Resulta indevido o controle dos recursos do FNSP mediante mecanismos de flexibilização orçamentária que desvirtuem a aplicação dos valores do Fundo à programática da segurança pública", disse a ministra em seu voto.

No Orçamento de 2026, o governo Lula alocou R$ 118 milhões do FNSP em "reserva de contingência". O projeto de lei orçamentária de 2027, que ainda não foi votado, prevê um valor contingenciado ainda maior, de R$ 695 milhões.

Após a aprovação da PEC no Senado, o ministro da Justiça, Wellington César Lima Silva, chegou a enaltecer que o texto "protege os recursos da segurança". A PEC impede a alocação de valores vinculados aos fundos "em reservas de contingência de natureza primária ou financeira".

- O crime organizado não contingencia o próprio orçamento. Portanto, o Estado também não pode contingenciar o combate a ele -afirmou o ministro.

Procurados ontem pelo GLOBO, os ministérios da Fazenda e da Justiça não responderam.OMinistériodoPlanejamento afirmou, em nota, que os valores colocados em reserva de contingência "são de natureza financeira" e estão condicionados à "realização de receita que não se confirmou" neste ano ou a "limites de crescimento" previstos pelo arcabouço fiscal para 2027.

"Os recursos permanecem vinculados ao fundo. Se a

PEC for promulgada, a programação será adequada ao novo texto", diz a nota.

SÃO PAULO LIDERA VERBA

Criado em 2001, o Fundo Nacional de Segurança Pública ajuda a custear a compra de equipamentos e qualificação de forças de segurança estaduais. O rateio obrigatório de recursos aos estados leva em conta índices de homicídios, feminicídios e roubo de veículos -premiando locais que reduziram esses indicadores -, além da extensão de fronteiras e o tamanho do efetivo policial. Esses critérios, definidos emportariapeloMinistérioda Justiça, vêm sendo adotados pelo governo Lula da mesma forma que na gestão Bolsonaro. O estado de São Paulo lidera a previsão de repasses neste ano, com R$ 45 milhões.

Além da verba obrigatória, metade dos recursos do FNSP é distribuída em convênios e contratos específicos com estados e municípios. Neste ano, dados do Portal da Transparência apontam que o governo pagou, até aqui, R$ 184 milhões desses convênios.

A receita do FNSP tende a sofrer um baque com a proibição das apostas esportivas pelo governo Lula. No ano passado, **impostos** sobre bets renderam quase R$ 500 milhões ao fundo, o triplo do que o Orçamento previa em 2025. Neste ano, o valor arrecadado até aqui é similar, mas abaixo dos R$ 600 milhões previstos nesse tipo de recurso para 2026. Ainda assim, a receita total do fundo supera os R$ 2,1 bilhões inicialmente projetados, puxada pela arrecadação com loterias da Caixa.

Essas loterias também custeiampartedoFundoPenitenciário Nacional, que foi criado em 1994 para auxiliar na construção,reformaemanutenção de presídios. Outra fonte relevante de recursos para o Funpen neste ano foi o confisco de bens de criminosos condenados, que já gerou uma arrecadação de quase R$ 90 milhões em 2026, o triplo do previsto.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Barradas no Simples Nacional: dívidas deixam 300 mil empresas fora do regime tributário em 2027

Mais de 305 mil empresas tiveram pedidos negados para ingressar no Simples Nacional em 2027 por terem dívidas com a União, estados ou municípios, segundo a **Receita Federal**. Este foi o principal motivo dos indeferimentos registrados pelo Fisco até o fim de outubro.

Ainda segundo a Receita, até 29 de outubro, o total de pedidos negados chegou a 357,8 mil. Destes, 305,8 mil foram indeferidos por débitos. Outras 299,9 mil solicitações foram aprovadas.

A legislação do Simples Nacional impede a entrada no regime de empresas que tenham dívidas junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), ou às Fazendas públicas federal, estaduais e municipais, desde que a cobrança desses valores não esteja suspensa. A restrição envolve **impostos**, contribuições previdenciárias e outras obrigações.

As empresas tiveram até 30 de outubro para regularizar suas pendências e tentar reverter esse indeferimento. Por isso, os dados ainda não representam o balanço definitivo.

As empresas tiveram até o dia 15 de outubro para fazer o pedido de adesão ao regime de tributação em 2027. Em caso de aprovação, a opção passa a valer a partir do dia 1º de janeiro, e não pode ser revertida durante o ano que vem. O regime reúne vários **impostos** em uma guia única, o Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) e é permitido para empresas com faturamento de até R$ 4,8 milhões por ano.

Quem fatura entre R$ 3,6 milhões e R$ 4,8 milhões, no entanto, segue no DAS apenas para **tributos** federais. Os **impostos** estaduais, como ICMS e ISS precisam ser pagos separadamente.

Com a **Reforma Tributária**, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que é federal, vai substituir o PIS e a Cofins em 2027. O Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), cobrado por estados e municípios, vai substituir o ICMS e ISS de forma gradual nos próximos anos.

As empresas do Simples Nacional poderão optar por recolher o IBS e a CBS, novos **tributos** sobre o consumo, separadamente ou manter o pagamento dentro da guia única do regime. Na primeira opção, conhecida como regime híbrido, os demais **impostos** continuam sendo pagos pelo DAS, mas com uma alíquota menor, já que os valores correspondentes aos dois novos **tributos** deixam de fazer parte da cobrança.

Segundo a Receita, mais de 1 milhão de contribuintes optaram pelo regime regular do IBS e CBS.

O calendário da Reforma prevê que o CBS comece a ser cobrado em 1º de janeiro de 2027. A alíquota, no entanto, ainda não foi definida. O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou a proposta para que a alíquota de referência seja de 11,3%. Junto com o IBS, a alíquota pode chegar próxima a 30%.

Entidades, como a Confederação Nacional da Indústria e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pediram em carta enviada ao governo o adiamento da reforma. O documento foi enviado uma semana após o TCU definir a alíquota de 11,3%. Não há menção direta ao assunto na carta, mas o percentual assustou setores, que começaram a se movimentar para conter uma alta de **tributos**.

No entanto, o ministro da Fazenda, Dario Durigan negou na quinta-feira que o governo vá adiar a implementação da reforma.

Site:
https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2026/11/10/barradas-no-simples-nacional-dividas-deixam-300-mil-empresas-fora-do-regime-tributario-em-2027.ghtml

Lucro da JBS teve recuo de o 72% no 3 tri com fim da cota da China

"Nos EUA, é incrível a resiliência da demanda por carne bovina, mesmo com preço elevado" Wesley Filho

A JBS, uma das maiores empresas de alimentos do mundo, registrou lucro líquido de US$ 164 milhões no terceiro trimestre, 71,8% menor que no mesmo período do ano passado, segundo **comunicado** divulgado ontem (9). Praticamente todos os negócios tiveram desempenho pior. Um dos fatores foi o esgotamento, em meados do ano, da cota da China para importação de carne bovina com tarifa reduzida, o que dificultou as vendas ao país.

O lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado, nas regras contábeis americanas (USGAAP), caiu 38,3%, a US$ 1,001 bilhão. Já as vendas líquidas aumentaram 0,6%, para US$ 22,738 bilhões.

A companhia registrou redução de Ebitda ajustado na maioria de suas unidades de negócios, com exceção do negócio de carne bovina dos Estados Unidos, no qual o Ebitda ficou positivo em US$ 21 milhões. Um ano antes, a JBS teve um Ebitda negativo de US$ 46 milhões nessa linha de negócio.

O resultado foi beneficiado, em boa medida, pela decisão do governo americano de reabrir, em agosto, a fronteira do país com o México, permitindo a entrada de gado mexicano para ser abatido nos EUA. A fronteira fora fechada há mais de um ano para conter o avanço da mosca-varejeira-do-novo-mundo (NWS) no rebanho. A demanda americana firme também sustentou o resultado.

"A JBS Beef North America é um terço do nosso faturamento. Nesse trimestre ficou positivo e estamos vendo que o quarto trimestre será melhor", afirmou Gilberto Tomazoni, CEO global da JBS, ao Valor. "Nos Estados Unidos, é incrível a resiliência da demanda por carne bovina, mesmo com preço elevado. Cerca de 70% dos consumidores não estão dispostos a trocar de proteína por preço", acrescentou Wesley Batista Filho, líder dos negócios da JBS no país, que assumirá em 2027 a posição de CEO global.

A Seara registrou receita com vendas 6,4% maiores no trimestre, de US$ 2,511 bilhões (USGAAP), porém um Ebitda ajustado 2,5% menor, de US$ 255 milhões.

No **comunicado**, a companhia destacou que tanto os preços quanto os volumes de carne de frango in natura exportada no trimestre foram maiores. Já as vendas externas de carne suína continuaram pressionadas pela ampla oferta global.

A JBS Brasil registrou receita líquida de US$ 4,093 bilhões, 1,6% inferior à do terceiro trimestre de 2025. O Ebitda ajustado recuou 53,7%, para US$ 144 milhões. O resultado foi afetado, principalmente, pela redução do volume exportado à China, após o esgotamento da cota de 2026. A rentabilidade também foi prejudicada pela alta do gado no trimestre.

"Voltamos a produzir para a China a partir da segunda quinzena de setembro. Não faturamos, não exportamos ainda, mas isso consumiu o capital de giro. Mas vai ser positivo para o quarto trimestre", disse Tomazoni.

Na Seara, o resultado do terceiro trimestre foi impactado pela suspensão das importações de carnes da Europa em razão dos controle de antimicrobianos no Brasil. A empresa adiantou a produção destinada ao continente e realizou os embarques, o que fez com que os custos de produção entrassem no balanço do terceiro trimestre, mas o faturamento com essas vendas só deve ser contabilizado no quarto trimestre, segundo Tomazoni.

A valorização recente do dólar em relação ao real tem contribuído para compensar a alta do gado no país, ao gerar receita maior em real, afirmou o CEO. O câmbio também tem beneficiado as exportações da Seara.

A Pilgrim"s Pride, subsidária de carne de aves na América do Norte e Europa, já havia divulgado no fim de outubro que teve um lucro líquido 65,7% menor no terceiro trimestre, de US$ 117,6 milhões, reflexo do aumento da oferta de carne de frango nos Estados Unidos, que derrubou os preços.

A JBS USA Pork teve queda de 15,3% nas vendas, para US$ 1,881 bilhão, e recuo de 57,3% no Ebitda ajustado, para US$ 97 milhões. A demanda americana enfraquecida e o aumento da oferta global de carne suína, com queda do preço médio, influenciaram o resultado.

As vendas da JBS Austrália aumentaram 13,7%, a

US$ 2,494 bilhões, mas o Ebitda ajustado caiu 31,9%, a US$ 155 milhões. Esse recuo refletiu, assim como no Brasil, o preenchimento de cotas na China, na Coreia do Sul e no Japão, além de ter sido impactado pela redução de embarques aos EUA e por custos mais elevados de bovinos e ovinos, segundo o **comunicado**.

CNJ pode votar hoje regras para a venda de precatórios e medidas para reduzir ações judiciais contra o INSS

Por O Globo - Brasília

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) analisa nesta terça-feira duas propostas de resolução com impacto sobre as contas públicas e sobre quem tem dinheiro a receber do Estado.

A primeira estabelece parâmetros para a cessão de créditos de precatórios, as dívidas do poder público reconhecidas em decisões definitivas da Justiça. A segunda cria uma política nacional para reduzir a judicialização de benefícios previdenciários e assistenciais.

As duas minutas já foram apresentadas ao plenário em outubro, mas a votação ficou para depois, para que os conselheiros analisassem os textos.

A proposta sobre precatórios mira o mercado em que credores vendem, com desconto, o direito de receber esses valores, em geral para não esperar a fila de pagamento. Pelo texto apresentado em 27 de outubro, a cessão só terá validade perante os tribunais se for feita por escritura pública em cartório, registrada eletronicamente em entidade regulada pelo Banco Central e comunicada a uma nova Central Nacional de Cessões de Créditos de Precatórios, gerida pelo CNJ.

A escritura terá de informar o valor atualizado do crédito, o valor líquido disponível, a fração vendida, o preço e o deságio. A central manterá uma base pública com os descontos praticados, por tribunal e por ente devedor, e bloqueará registros em duplicidade. Um deságio fora do padrão passa a ser um dos indícios que permitem ao tabelião recusar o negócio, ao lado de coação, fraude e simulação.

A minuta também proíbe a venda do precatório ao advogado que representou o credor no processo e prevê cuidados adicionais quando quem vende é pessoa física, como a exigência de comparecer pessoalmente ao cartório. O texto se baseia em nota técnica assinada em outubro pelo presidente do CNJ, ministro Edson Fachin , e pelo presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e foi precedido de audiência pública em setembro.

O tema ganhou corpo diante do caso do Banco Master, já que a instituição usava a compra e venda de precatórios para ampliar seu balanço.

Processos contra o **INSS**

A segunda proposta institui a Política Judiciária Nacional para o Tratamento Adequado e Uniforme da Judicialização Previdenciária e Assistencial (PJ-Prev), a ser executada por meio do programa AceleraPrev, lançado pelo CNJ em agosto.

A minuta prevê ampliar a conciliação antes e durante os processos, dar prioridade a ações que tramitam há mais de dez anos, que somam mais de 114 mil, segundo o conselho, e apoiar varas com acervo acumulado.

Site:
https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2026/11/10/cnj-pode-votar-hoje-regras-para-a-venda-de-precatorios-e-medidas-para-reduzir-acoes-judiciais-contra-o-inss.ghtml

Petrobras propõe período de transição na reforma tributária

"Passamos por regularidade no fornecimento [de derivados] e hoje temos preços justos" Magda Chambriard

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, disse ontem (9) que a estatal levou ao Ministério da Fazenda dúvidas sobre a implantação da **reforma tributária**, cujas regras vão começar a funcionar no país, de forma gradual, a partir de 2027. Chambriard afirmou que a empresa propôs a adoção de um período de transição entre o atual modelo tributário e o que entrará em vigor, no qual não incidiria a aplicação de eventuais multas à estatal até a compreensão das mudanças.

A executiva disse que há muitas dúvidas e questionamentos sobre a reforma dos **tributos**, ao mesmo tempo em que vários dispositivos entram em vigor a partir de 2027. Ela falou no evento "Desafios do Setor Energético: Transição Energética, **Reforma Tributária**, Sustentabilidade e Desenvolvimento Econômico", promovido pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj).

Chambriard não citou quais dúvidas foram endereçadas à Fazenda e indicou que as mudanças podem gerar incertezas. "Não sabemos direito o que vai acontecer [com a entrada em vigor da **reforma tributária**]. Estamos nos arriscando e o risco é precificado."

A executiva sinalizou somente que parte dos questionamentos da companhia tem relação com o ICMS, um tributo estadual, e a cumulatividade do imposto. Chambriard ressaltou que, no ano passado, a empresa pagou um total de R$ 278 bilhões em **tributos**, federais e estaduais, e acrescentou: "para nós, o ICMS é uma questão."

Segundo ela, a **reforma tributária** deslocou a arrecadação do ICMS dos Estados produtores para os consumidores. Chambriard destacou o "split payment", novo dispositivo que separa o valor dos novos **tributos** (IBS e CBS) quando uma operação comercial for financeiramente liquidada. O mecanismo permitiria um ressarcimento rápido de créditos tributários.

Chambriard afirmou que as dúvidas da empresa passam justamente pela forma como seria feito o ressarcimento dos créditos tributários. "Esse é um assunto que vai aparecer junto com a monofasia, junto com a reforma fiscal, a gente precisa discutir essa questão [com o Ministério da Fazenda]", prosseguiu.

A executiva aproveitou para defender a política da companhia de evitar repassar a volatilidade dos preços do petróleo para o mercado nacional. Segundo ela, durante os conflitos recentes - no Irã, na

Ucrânia e na Rússia -, o Brasil teve regularidade de preços e fornecimento de diesel e gasolina, enquanto em outros países houve medidas de contenção do consumo desses combustíveis.

Chambriard também disse que os preços de derivados estão mais caros para os consumidores. "Hoje [ontem], eu estava olhando quanto custa um litro de diesel em Nova York. Está entre R$ 9 e R$ 10 e nós não tivemos esse problema no Brasil. Nós passamos por uma regularidade de fornecimento e de preços e nós entendemos que hoje praticamos preços justos", afirmou.

Chambriard também ressaltou a necessidade de reposição de reservas de petróleo, diante do pico de produção projetado pela companhia para ocorrer entre 2034 e 2035, ao mesmo tempo em que a estatal tem que "adentrar no espectro" das energias renováveis.

Presente ao evento, o governador em exercício do Rio, Ricardo Couto, criticou intenções de se privatizar a Petrobras.

O Cervejarias apostam no 4 tri para salvar o ano

As cervejarias no Brasil enfrentam um ano de demanda abaixo do esperado, em que nem mesmo a Copa do Mundo conseguiu impulsionar o consumo de cerveja. No terceiro trimestre, o volume vendido pela Ambev no país cresceu apenas 0,5% na comparação anual, enquanto a Heineken ainda demonstra cautela com o desempenho do mercado nos últimos meses do ano. O clima mais frio que o usual, sobretudo no Sudeste, tem sido um dos principais obstáculos para a indústria.

Em meio aos desafios de demanda, a publicação das primeiras regras do Imposto Seletivo foi recebida como um alento pelo setor, ao trazer maior previsibilidade para 2027.

Em balanço na última semana, a Ambev informou que seu volume de cerveja subiu no Brasil apenas 0,5% no 3o trimestre na comparação anual. A fabricante teve lucro líquido de R$ 4,366 bilhões no período, queda de 10,2% ante o mesmo intervalo do ano passado, refletindo a ausência de efeitos tributários não recorrentes registrados em 2025. Ajustado por estes fatores não recorrentes, o lucro líquido foi de R$ 4,393 bilhões, alta de 14,3%. A aposta da empresa no trimestre passado foi no segmento premium, enquanto marcas mais tradicionais andam de lado.

O CEO da Ambev, Carlos Lisboa, defendeu que é um bom momento para o negócio da gigante de bebidas, apesar dos desafios do mercado de cerveja no Brasil. Em teleconferência, apontou o ganho de participação mesmo diante da subida de preços.

Ainda conforme Lisboa, a empresa estaria criando bases sólidas para começar 2027. O mercado, entretanto, tem pressionado a Ambev diante de volumes de cerveja considerados fracos.

"Estamos confiantes. O portfólio está em um momento interessante. O poder de nossas marcas está no seu maior nível em cinco anos", disse. "Mesmo com preço acima do ano passado, estamos ganhando "share". Achamos que estamos em um bom momento para entrar 2027", disse.

Lisboa disse ainda que o ano de 2025 seria uma espécie de nova base para o setor e não uma comparação baixa - como muito se tem dito no mercado. Segundo Lisboa, os anos de 2023 e, sobretudo, 2024 foram pontos fora da curva em que o clima colaborou de forma significativa com os volumes de cerveja.

"No ano passado, mesmo com uma performance mais baixa da indústria, no fim de dezembro, vimos uma retomada de demanda que continuou até meados de janeiro. Isso apenas reforça o quão fortes estão as fundações da indústria", disse.

Enquanto isso, a Heineken divulgou que seus volumes no país voltaram a crescer no terceiro trimestre deste ano. O resultado, assim como a melhora no México, contribuiu para o avanço dos volumes nas Américas, que totalizaram 23,6 milhões de hectolitros, alta de 2,1% na comparação anual. No acumulado do ano, entretanto, região apresentou queda de 1,6% no volume, para 69,3 milhões de hectolitros.

A empresa disse que a região retomou o crescimento no trimestre, demonstrando uma melhora gradual mesmo diante de um mercado ainda fraco. No Brasil, a gigante de bebidas apontou crescimento de dois dígitos para a marca Heineken e de um dígito alto para a Amstel.

O diretor financeiro da Heineken, Harold van den Broek, disse que mantém cautela em relação ao desempenho dos volumes de cerveja no Brasil e no México no quarto trimestre. Segundo o executivo, as condições climáticas seguem desfavoráveis ao consumo. O clima frio, sobretudo no Sudeste brasileiro, tem sido o grande desafio para a indústria de cerveja. Entre os pontos de atenção também estão a **inflação** e a macroeconomia. No Brasil, o executivo destacou a forte volatilidade da moeda após o resultado da eleição presidencial.

O brasileiro Rafael Oliveira, novo CEO, esteve no país há algumas semanas e disse que ainda há alguma tensão econômica no mercado do Brasil. "Por isso, estou um pouco conservador, talvez na projeção das Américas, porque acho que ainda não viramos a curva para um crescimento sustentável", disse. Ele acrescentou: "estou ainda cauteloso com os volumes no Brasil e no México [no quarto trimestre]. Espero estar errado [pela cautela]".

Paralelamente ao tema de demanda e clima, o setor de cervejas recebeu positivamente a publicação da

MP com as primeiras diretrizes do Imposto Seletivo.

A **reforma tributária** prevê a substituição gradual dos **impostos** sobre o consumo por um novo modelo. Para o setor de bebidas, a principal mudança será a criação do Imposto Seletivo (IS, chamado de imposto do pecado), que incidirá sobre produtos como bebidas alcoólicas a partir de 2027, quando também começa a substituição do PIS/Cofins pela CBS. O novo sistema será implementado gradualmente até 2033, com a extinção progressiva dos **tributos** atuais.

O Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (Sindcerv) disse que a publicação da Medida Provisória traz um elemento importante de previsibilidade à transição. Agora, o setor de cerveja mantém suas articulações com o governo federal para garantir a neutralidade na sua carga tributária com a reforma. A sinalização foi dada por Helena Romeiro de Araújo, nova presidente-executiva do Sindicerv.

Araújo assumiu a posição em um momento delicado para a indústria, que teme ter de pagar mais imposto. "O setor vem praticando o debate de forma técnica, defendendo que a regulamentação tenha previsibilidade e mantenha o equilíbrio competitivo. A expectativa é que o diálogo continue. Vamos trabalhar na neutralidade de carga. Nós somos um dos setores que mais pagam tributo", disse.

O Brasil é o terceiro maior produtor mundial de cerveja, atrás dos Estados Unidos e da China. Do campo ao copo, a cadeia produtiva gera cerca de 2,5 milhões de empregos diretos, indiretos e induzidos e paga R$ 50 bilhões em **tributos** anualmente. O Sindicerv reúne 12 cervejarias associadas, incluindo Ambev e Heineken, as duas maiores do país. Esta é a primeira vez que uma mulher irá presidir a entidade, que completa 78 anos no fim deste mês. Araújo assumiu o posto na segunda-feira (2), substituindo Márcio Maciel.

Para Bradesco BBI e o Citi, a **reforma tributária** deve ter impacto inicialmente neutro sobre o setor de cervejas, sem indicar pressão adicional relevante sobre os preços a partir de 2027. Os bancos, porém, ressaltam que ainda há incertezas sobre as próximas etapas de implementação do Imposto Seletivo, especialmente a definição das alíquotas a partir de 2028 e os ajustes previstos até 2033.

Importação e exportação sob o IBS eaCBS

A **reforma tributária** já está alterando os **impostos** cobrados sobre operações de importação e exportação. Mas ainda não existe uma alíquota de referência definida.

O percentual que circula, 27,91%, vem da Resolução CGIBS 14/2026, como parâmetro orçamentário. O Tribunal de Contas da União (TCU) calculou a alíquota da CBS em 11,3%, mas o Senado tem até 15 de dezembro para fixar a alíquota efetiva. No comércio exterior, ele será pago no desembaraço e só voltará como crédito, cujo ressarcimento a lei promete em 30, 60 ou 180 dias.

Em 2027, PIS e Cofins são extintos, a CBS passa a ser cobrada integralmente e o IPI é zerado, fora da Zona Franca de Manaus; ICMS e ISS cedem lugar ao IBS entre 2029 e 2032.

Três regras explicam o essencial. O artigo 71 da Lei Complementar (LC) nº 214/2025 aplica à importação a mesma alíquota do bem comprado no país. O artigo 69 define a base: valor aduaneiro mais Imposto de Importação, Imposto Seletivo, Siscomex, AFRMM, Cide e direitos antidumping e de salvaguarda. E o artigo 76 faz do pagamento condição para a entrega.

Boa parte dessa base não é preço de mercadoria. O direito antidumping existe para neutralizar prática desleal, não para gerar receita de consumo; na base do IBS e da CBS, ganha de carona um adicional de IVA. Os novos **tributos**, ao menos, não integram a própria base, ao contrário do ICMS-Importação.

Some as três. O importador desembolsa algo próximo de 28% dessa base no despacho e só depois toma o crédito (artigo 78). Quem vende aqui dentro o consome logo. Quem exporta a maior parte do que produz acumula crédito, um capital parado. O regime suspensivo deixa de ser só controle e vira ferramenta de caixa.

Há ganhos com o novo sistema: hoje o ISS da importação de serviço não gera crédito, e IBS e CBS geram.

A mudança operacional já chegou. Desde 27 de setembro, a Declaração Única de Importação (Duimp) exige o local da operação de consumo, com UF e município, item a item, para repartir IBS estadual, IBS municipal e CBS. Não há recolhimento antes de 2027 nem penalidade por erro.

O artigo 79 da LC 214/2025 assegura a imunidade e preserva os créditos; já o artigo 51 dispensa o exportador do estorno proporcional.

O regulamento ainda trata como exportação serviços colados à saída física do bem, desde que o documento fiscal referencie o da exportação. Nos demais serviços, a prova migrou para o contrato: só a parcela consumida no exterior é exportação, e licença de software, assistência técnica e contrato intragrupo terão de provar onde há consumo.

O artigo 39 fixa prazos de 30 dias para quem está em programa de conformidade, 60 dias para os pedidos enquadrados no artigo 40 e 180 dias nos demais casos, com devolução automática se o Fisco silenciar. Há correção pela Selic em caso de atraso, e a fiscalização do pedido não pode passar de 360 dias.

No papel, é o melhor desenho que o exportador já teve. Na prática, tudo depende da régua do artigo 40, que reserva os prazos curtos aos créditos de ativo imobilizado e aos pedidos de até 150% da média mensal dos 24 meses anteriores. Quem cresce fica com o excedente na fila dos 180 dias, e um exportador com R$ 10 milhões de crédito mensal sabe o que isso custa.

O artigo 82 não equipara a venda à comercial exportadora a uma exportação; cria uma suspensão que exige, cumulativamente, certificação OEA, patrimônio líquido mínimo de R$ 1 milhão, domicílio tributário eletrônico, escrituração digital, regularidade fiscal e habilitação pela Receita e pelo Comitê Gestor. Sem exportação em 180 dias, a trading responde pelos **tributos**.

O efeito é de concentração: quem vendia desonerado a uma trading pequena passa a vender tributado. O Conselho

Brasileiro das Empresas Comerciais Importadoras e Exportadoras (Ceciex) obteve sentença favorável na 7ª Vara da Fazenda Pública do DF (MS 0701878-82.2026.8.07.0018), que afastou esses requisitos para o IBS por entender a imunidade objetiva. A 6ª Vara Federal do DF, no mesmo tema, negou a liminar quanto à CBS e manteve as exigências.

Duas decisões opostas, e o tema caminha para os tribunais. O argumento contra é simples e, a meu ver, correto: a imunidade olha para o destino da mercadoria, não para o perfil de quem intermedia,

como o Supremo Tribunal Federal (STF) já assentou no Tema 674. Coibir fraude se faz com fiscalização, não com exigência de porte.

A LC 214 preservou a suspensão no trânsito, no depósito, na permanência temporária e no aperfeiçoamento, e o

Decreto nº 12.955/2026 detalhou Recof, drawback suspensão, Repetro e ZPE.

Houve adaptação, não transposição. O drawback perdeu, para o IBS e CBS, as modalidades isenção e restituição (artigo 91), e quem repunha estoque com isenção passa a depender do ressarcimento. Na admissão temporária para utilização econômica a suspensão é apenas parcial (artigo 89).

Na mineração a exceção é expressa: a Constituição afasta o Imposto Seletivo das exportações, mas manda cobrá-lo na extração, independentemente da destinação. Até que seu alcance se resolva, a conta é dura: tributo monofásico, sem crédito, pago antes da receita.

Classificação fiscal, valoração, origem, regime aduaneiro e Duimp passam a conversar com a apuração do IVA. A agenda é menos de software e mais de dinheiro: recalcular custo de internação, projetar saldo credor, testar o artigo 40, medir a exposição ao artigo 82 e documentar onde cada serviço é consumido.

Falta o split payment, facultativo em 2027 e obrigatório, ao que se sinaliza, em 2028. O veredito caberá a uma conta simples: quanto tempo o tributo fica no caixa do Estado antes de voltar. Se voltar rápido, o país ganha um sistema melhor. Se demorar, a cumulatividade que a reforma quis eliminar volta com outro nome, chamada capital de giro.

Tânia Lareda Cuentas é head da área **aduaneira** e comércio exterior do Castro Barros Advogados, pós-graduada em Direito Aduaneiro na Universidad Complutense de Madrid e pós-graduada em Direito Tributário pela PUC-SP

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Reforma tributária muda regras para renda com aluguel; veja como fica para pessoas físicas e jurídicas

Por Janize Colaço, g1 - São Paulo

A **reforma tributária** vai incluir os aluguéis na cobrança de IBS e CBS, além do Imposto de Renda. A mudança começa em 2027, de forma gradual.

Pessoas físicas só pagarão os novos **tributos** se receberem mais de R$ 240 mil por ano em aluguéis e tiverem três ou mais imóveis locados.

Empresas que alugam imóveis terão cobrança adicional de IBS e CBS. A alíquota combinada pode ficar entre 25% e 30%, antes dos créditos fiscais.

A reforma prevê redução de 70% na base de cálculo dos novos **tributos** e desconto de R$ 600 mensais por unidade residencial para aliviar a cobrança.

O aumento dos custos pode ser repassado aos inquilinos, mas depende do mercado. Empresas poderão aproveitar créditos tributários; pessoas físicas, não.

O mercado de aluguel de imóveis no Brasil vai passar por mudanças com a **reforma tributária**. A renda obtida com aluguéis, que até agora era tributada apenas pelo Imposto de Renda, também será incluída na nova cobrança sobre o consumo.

O impacto, porém, não será igual para todos: tudo vai depender se o proprietário do imóvel é pessoa jurídica ou pessoa física - e, neste último caso, somente se certos "gatilhos" forem acionados.

??? Tem alguma sugestão de reportagem? Mande para o g1

?? A aplicação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) sobre os rendimentos vindos de aluguéis não será imediata. A CBS começará a valer em 2027, enquanto o IBS só entrará em funcionamento em 2029.

Entenda nesta reportagem como deve ficar a carga tributária para os proprietários, como funcionará o período de transição e quais medidas podem ajudar a reduzir o impacto dos custos para os inquilinos.

O que muda para o proprietário pessoa física?

Jaques Bushatsky, diretor de Legislação do Inquilinato da Secovi-SP (Sindicato da Habitação), ressalta que, até o momento, quem aluga imóveis como pessoa física paga apenas o Imposto de Renda (IRPF) sobre os rendimentos, com alíquotas progressivas que variam de 7,5% a 27,5%.

"A reforma, como está desenhada, prevê gatilhos que podem incluir a pessoa física na cobrança do IBS/CBS, eliminando a isenção atualmente existente [no PIS/COFINS] ou o tratamento simplificado no IRPF", explica Bushatsky.

Esses gatilhos envolvem duas condições simultâneas:

?? Receita anual com aluguel superior a R$ 240 mil (ou mais de R$ 20 mil por mês);?? Locação de três ou mais imóveis distintos.

Há ainda uma alternativa: mesmo que o limite de R$ 240 mil não tenha sido ultrapassado no ano anterior, se a receita com aluguel atingir R$ 288 mil no ano atual (20% acima do gatilho), o locador também será enquadrado no regime do IBS/CBS.

Florence Haret Drago, professora conferencista do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET) e sócia da área tributária no NHM Advogados, explica que, caso o locador pessoa física não se enquadre nos critérios definidos, continuará pagando apenas o Imposto de Renda, sem incidência de **tributos** sobre o consumo.

Segundo ela, compreender como esse conceito será interpretado é essencial para pessoas físicas que utilizam a locação de imóveis como fonte de renda. "A proposta, até agora, não estabelece nova tributação sobre os valores recebidos por quem não exerce atividade empresarial."

E para as pessoas jurídicas?

Para empresas que atuam com aluguel de imóveis - como holdings patrimoniais, incorporadoras ou

companhias do setor imobiliário - a **reforma tributária** trará uma nova cobrança: a receita gerada com aluguéis passará a ser considerada prestação de serviço, sujeita à incidência de IBS/CBS.

Ou seja, o proprietário que for pessoa jurídica terá de arcar com uma tributação adicional sobre os valores recebidos com aluguel.

Modelo atual vs. Novo sistema:

?? Atualmente, uma pessoa jurídica que aluga imóveis paga **tributos** como IRPJ, CSLL, PIS e Cofins. No regime de lucro presumido, a carga tributária efetiva sobre aluguéis varia entre aproximadamente 11,33% e 14%. Já no regime de Lucro Real, a tributação incide sobre o lucro efetivamente apurado.?? Com o novo regime, estima-se que a alíquota combinada de IBS/CBS sobre essa receita fique entre 25% e 30%. Ao somar os **tributos** já existentes, como IRPJ e CSLL, o impacto bruto pode chegar a até 37,38% sobre a receita, antes da aplicação de créditos.

Apesar disso, a reforma prevê um alívio parcial por meio da não cumulatividade plena - permitindo que as empresas deduzam integralmente os **tributos** pagos ao longo de todas as etapas da produção, garantindo que a cobrança incida apenas sobre o valor agregado final.

Com isso, a Fazenda busca evitar o chamado "efeito cascata", em que o imposto é cobrado repetidamente ao longo da cadeia. Na avaliação de especialistas tributários, esse crédito fiscal pode reduzir a carga efetiva entre 5 e 10 pontos percentuais.

"Isso significa que a empresa locadora poderá abater do imposto devido parte do IBS/CBS pago em despesas relacionadas à atividade, como manutenção e administração", acrescenta Heitor Cesar Ribeiro, advogado tributarista e sócio do escritório Gaia Silva Gaede Advogados.

Como fica para as imobiliárias?

Segundo Jaques Bushatsky, as imobiliárias também serão tributadas pelo IBS/CBS, mas sobre a sua própria receita - que é a taxa de administração ou a comissão de corretagem.

"O aluguel em si não é receita da imobiliária, ele apenas transita pelo seu caixa para ser repassado ao proprietário. A base de cálculo do tributo da imobiliária é o serviço que ela presta, não o valor total do aluguel que ela administra", completa o diretor de Legislação do Inquilinato da Secovi-SP.

Alternativas para reduzir impactos

Para moderar o impacto e suavizar o impacto da nova tributação sobre o setor de locação, a reforma também estabeleceu alguns mecanismos de atenuação e alívio. Sendo eles:

Redução de 70% na base de cálculo de IBS/CBS aplicáveis à locação - isto é, ao calcular o imposto de consumo sobre aluguéis, apenas 30% da base seria considerada.Redutor social de R$ 600 mensais por unidade residencial, que diminui a base de cálculo para imóveis residenciais. Em casos extremos (aluguel residencial até R$ 600), pode não haver tributação adicional.

Segundo o Ministério da Fazenda, esses "alívios" foram pensados para preservar a locação residencial de menor valor e evitar que novas camadas tributárias tornem o mercado inviável para locadores moderados.

Para contratos já existentes (firmados até 16/01/2025), foi criado um regime opcional chamado de transição. Sob essa opção:

Locadores PF ou PJ podem optar por recolher 3,65% de CBS/IBS sobre a receita bruta, sem direito a créditos ou ao redutor social;Para contratos residenciais, a opção vale até o fim do contrato original ou até 31 de dezembro de 2028, o que vier primeiro;Para contratos não residenciais, vale pelo prazo original do contrato.

Na avaliação de João Pedro Ramos Garcia, sócio e especialista em tributação no escritório Ballstaedt Gasparino Advogados, o regime de transição funciona como uma "válvula de segurança" para contratos antigos - embora tenha um custo associado.

"A alíquota transitória de 3,65% pode servir como um amortecedor temporário para contratos antigos, mas elimina créditos e tem prazo definido para terminar, o que pode antecipar renegociações", aponta o tributarista.

Por isso, essa opção nem sempre é a mais vantajosa para o proprietário - dependendo das despesas envolvidas e da estrutura adotada, o regime padrão com possibilidade de créditos pode representar menor custo.

Para ajudar quem ainda tem dúvidas sobre qual regime escolher, a Secovi-SP fez simulações comparativas. Confira:

Queda na rentabilidade ou repasse de valor

O diretor de Legislação do Inquilinato da Secovi-SP reconhece que, com a nova incidência de **tributos** de

consumo, a margem líquida dos locadores tende a diminuir, especialmente para quem já atua com rentabilidade reduzida.

"Muitos proprietários podem sentir a necessidade de elevar o valor do aluguel para compensar a carga extra", diz Bushatsky.

O repasse, no entanto, não será automático: ele dependerá das condições do mercado imobiliário local - como oferta e demanda, poder de negociação do imóvel, contratos já existentes e possibilidade de reajuste.

Além disso, os impactos também serão diferentes se o locatário for pessoa jurídica ou pessoa física.

Para inquilinos pessoa jurídica:

Em aluguéis comerciais, o locatário PJ (empresa) poderá usar créditos do IBS/CBS embutido no aluguel, abater parte desse tributo do que já paga em suas próprias operações. Isso reduz o impacto real sobre o custo da locação.

?? OU SEJA: Mesmo que o aluguel inclua imposto, ele pode não ser um custo líquido, pois parte será "recuperada" no balanço da empresa.

Para inquilinos pessoa física:

Aqui reside o ponto mais sensível da reforma, na avaliação de Bushatsky: o locatário PF, considerado consumidor final, não terá direito a créditos do IBS/CBS.

Não existe, no desenho atual da reforma, um mecanismo de compensação direta ou crédito para o locatário pessoa física. Ele não é contribuinte do imposto, é consumidor final , afirma o diretor da Secovi-SP.

?? Esse cenário pode gerar disparidades: famílias que alugam imóveis de empresas enfrentarão o impacto integral, enquanto empresas inquilinas poderão neutralizar parte do tributo via crédito.

Multas e obrigações acessórias

A padronização cadastral via Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB) será parte da infraestrutura do novo sistema. A mudança traz novos deveres fiscais, e o descumprimento pode gerar sanções.

?? Embora o CIB não crie **tributos**, ele servirá para cruzar dados e tornar a fiscalização mais eficiente. Por isso, divergências entre contrato, nota fiscal e cadastro inserido no CIB poderão ser motivos de autuação.

Entre os principais riscos, estão:

Emissão incorreta ou falta de nota fiscal eletrônica (NF-e) ou documento fiscal equivalente quando exigido;Recolhimento incorreto (menor ou tardio) de CBS/IBS;Mistura indevida de receitas que optaram e não optaram pela transição;Falha em comprovar contratos elegíveis ou cumprir prazos de registro;Inconsistências entre contratos, cadastros (ex: CIB) e notas fiscais.

Vale lembrar, ainda, que como as mudanças tributárias são fatores externos ao contrato, pode haver espaço para pedidos de revisão contratual, com base no artigo 317 do Código Civil e na chamada teoria da imprevisão.

"A jurisprudência dos tribunais reconhece que fatos inesperados e relevantes - como mudanças legislativas significativas, incluindo alterações tributárias - podem justificar a revisão contratual, quando tornam a execução excessivamente onerosa para uma das partes", ressalta Florence Haret Drago.

Site:
https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/11/10/reforma-tributaria-muda-regras-para-renda-com-aluguel-veja-como-fica-para-pessoas-fisicas-e-juridicas.ghtml

.Desoneração sobre combustíveis vai seguir até 9 de dezembro

Mariana Andrade e Giordanna Neves

O governo federal vai prorrogar por mais 30 dias a desoneração dos **tributos** federais sobre a gasolina e o etanol. A medida também prevê a manutenção da subvenção adicional aos produtores de etanol.

Na noite desta segunda-feira (9), o governo federal publicou as medidas em edição extraordinária do Diário Oficial da União. Elas terão validade até 9 de dezembro e vão custar aproximadamente R$ 3,6 bilhões para os cofres públicos.

O governo prevê usar receitas extraordinárias do petróleo para compensar a perda de arrecadação com a prorrogação da desoneração. A medida se apoia em uma lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional que flexibilizou, apenas para 2026, as regras de compensação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Pela regra geral, a receita usada para compensar a renúncia deve vir da elevação ou criação de **tributos**, por exemplo.

A desoneração aos combustíveis foi anunciada em 9 de outubro, poucos dias antes do segundo turno das eleição, vencida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Na ocasião, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, negou que a decisão tivesse relação com o calendário eleitoral. "Só para esclarecer, não tem nenhuma mudança devido ao timing eleitoral", frisou.

Para a gasolina, será mantida a desoneração de PIS/Cofins e Cide, no valor de R$ 0,89 por litro, o que equivale à zeragem dos **tributos** federais incidentes sobre o combustível.

No caso do etanol, a desoneração será de R$ 0,19 por litro, valor correspondente à zeragem das contribuições federais sobre o produto. Para preservar a competitividade do etanol diante da desoneração maior da gasolina, também será mantida a subvenção de R$ 0,43 por litro do combustível.

Pelos cálculos do governo, a desoneração da gasolina e do etanol terá custo conjunto de R$ 2,8 bilhões. A subvenção adicional aos produtores de etanol, por sua vez, deve somar cerca de R$ 800 milhões.

Mercado reage com cautela a discurso sobre fiscal

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

A sinalização do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de que pretende ampliar os gastos públicos, mas com "responsabilidade fiscal" não provocou uma reação negativa imediata na Bolsa de Valores brasileira. No primeiro pregão após o pronunciamento em rede nacional de rádio e televisão, ontem, o Ibovespa avançou 2,22%, impulsionado, principalmente, pela valorização de ações da Vale e de bancos privados, como Itaú e Bradesco.

Por trás do resultado positivo, no entanto, analistas apontam dúvidas sobre a capacidade do governo de conciliar novas despesas com o equilíbrio das contas públicas sem apresentar medidas concretas de contenção de gastos.

No principal índice da bolsa brasileira, as ações da Petro-bras (PETR3 e PeTr4) fecharam em queda. Ainda assim, o Iboves-pa encerrou o pregão aos 172.236 pontos, sustentado pelas altas dos papéis da Vale (VALE3) e das ações preferenciais do Itaú (ITUB4). Juntas, as duas empresas representam mais de 19% da composição do índice.

Embora a repercussão imediata do discurso de Lula não tenha comprometido o desempenho da bolsa, economistas e analistas demonstram ceticismo quanto à susten-tabilidade do equilíbrio fiscal baseado prioritariamente no aumento da arrecadação, sem sinalização de cortes de despesas. A avaliação, compartilhada por representantes de bancos e casas de análise, ocorreu no mesmo dia em que o Boletim Focus, do Banco Central, apontou expectativa de que a taxa básica de juros termine 2026 em 13,75% ao ano e de que a **inflação** encerre o período em 5,22%, acima da meta.

Ausência de medidas

O analista Enrico Cozzolino, CEO e estrategista da Zermatt

Partners, avalia que o discurso de Lula "acertou o tom, mas não o conteúdo" Segundo ele, o reconhecimento da preocupação com a taxa básica de juros, atualmente em 13,75%, evitou uma reação mais negativa do mercado.

"Ele não trouxe, porém, nenhuma medida concreta de reajuste fiscal e, ao mesmo tempo, confirmou promessas que geram gasto permanente, como o Pé-de-Meia universitário e o Pix MEI" afirmou. Para o especialista, a ausência de uma reação negativa mais expressiva na bolsa e a estabilidade do câmbio representaram um "alívio pontual"

Além da alta do Ibovespa, o dólar fechou, ontem, cotado a R$ 5,50, com recuo de 0,06%. A falta de medidas concretas para conter despesas também foi apontada por Felipe Passero, sócio da Jaguaretê Investimentos, como um sinal de que ainda não há consenso sobre a condução da economia no quarto mandato de Lula.

"Acho que o sentimento é de que o **comunicado** é insuficiente e de que ainda não foi determinada nenhuma estratégia para o plano econômico. Lula tentou acalmar o mercado com essa fala, mas denotou justamente uma equipe que ainda não chegou a nenhum

consenso em relação aos planos, e falta uma posição mais definitiva sobre o ajuste fiscal", avaliou.

A falta de uma estratégia clara para conciliar responsabilidade fiscal e expansão de gastos também foi alvo de críticas da oposição. O senador Rogério Marinho (PL-RN) afirmou que o PT buscou o poder às custas do endividamento do país e das gerações futuras.

"Lula engana mais uma vez a nação ao falar sobre responsabilidade fiscal. A verdade é que o governo do PT endividou o país e as gerações futuras para se reeleger" escreveu o senador em seu perfil no X.

Fazenda em aberto

A definição dos rumos da política econômica e dos nomes que integrarão a equipe do próximo mandato deve ficar para depois da agenda internacional de Lula, ao longo desta semana. Embora interlocutores do Planalto tenham sinalizado ao mercado possíveis candidatos ao comando do Ministério da Fazenda, que receberam boa receptividade entre investidores, o presidente só deverá tomar decisões sobre a composição do governo após retornar das viagens.

Lula embarcou, ontem, para

Antália, na Turquia, onde participa da 31a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP31). Depois, seguirá para Manila, capital das Filipinas, para participar da 49a cúpula da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean), prevista para 15 de novembro.

Durante a ausência do presidente, o vice-presidente Geraldo Alck-min (PSB) ficará à frente do Planalto. Considerado um interlocutor entre o governo petista e o mercado financeiro, Alckmin também figura entre os nomes cotados para comandar o Ministério da Fazenda no próximo mandato.

Governo eleva para 30% tarifa sobre importação de pneus

GUSTAVO NICOLETTA e EDUARDO LAGUNA

Associação do setor diz que medida visa reduzir distorções diante do aumento no volume de produtos asiáticos, em especial da China

O governo federal elevou de 25% para 30% a alíquota do Imposto de Importação sobre pneus de automóveis de passeio, numa medida que valerá por 12 meses (até 9 de novembro de 2027). A decisão, do Comitê-Executivo de Gestão (Gecex), foi publicada no Diário Oficial da União.

A tarifa normal para pneus de veículos de passeio era de 16%, mas estava acima disso desde outubro de 2024, quando foi elevada temporariamente para 25%. Inicialmente, a vigência da nova tarifa seria até outubro de 2025, mas foi estendida até outubro de 2026.

Neste ano, porém, a Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (Anip) solicitou que a tarifa fosse elevada para 35% por 12 meses - ou que fosse mantida em 25%. A decisão do governo foi um meio-termo: 30% por 12 meses, com recomendação de acompanhar os efeitos no mercado.

Em nota, Rodrigo Navarro, presidente da Anip, afirmou que o reforço de controles sobre importações busca "corrigir distorções e preservar empregos, investimentos e a sustentabilidade da indústria brasileira de pneus e de seu ecossistema produtivo" diante do aumento no volume de pneus importados, principalmente da China e outros mercados da Ásia. CENÁRIO. Segundo dados citados pela Anip, em 2019, a indústria nacional detinha 66% do mercado brasileiro de pneus de reposição, ante 34% de importados. Em 2026, no acumulado até setembro, a associação diz que a indústria passou a responder por 30% das vendas, enquanto os importados ficaram com 70%.

A Anip também argumenta que a nova alíquota aproxima o Brasil de outros mercados que elevaram tarifas para proteger suas indústrias locais, citando níveis de 78% nos EUA, 45% na União Europeia e 35% no México. Também alega que a elevação não deve ter efeito relevante sobre a **inflação**, citando estudo da consultoria LCA segundo o qual, mesmo se a alíquota chegasse a 35%, o impacto na variação do IPCA seria irrelevante (0,005 ponto porcentual).

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Firpo propõe ajuste por critério de qualidade do gasto que pode liberar 2,8% do PIB para União em dez anos

"O ideal seria ter pisos diferentes para mercado de trabalho, previdência e assistência. Mas a Constituição liga tudo ao mínimo" "Quanto mais se adia o ajuste, mais sobe o juro, pior fica o endividamento da famílias, e maior a pressão para fazê-lo"

O ajuste para corrigir os desequilíbrios das contas públicas pode ser ao mesmo tempo robusto e não prejudicar programas de maior progressividade do Orçamento do país, avalia o economista Sergio Firpo, coordenador do Observatório da Qualidade do Gasto Público do Insper. Nesta terça-feira ele lança um estudo com 30 propostas que, tomadas em conjunto, liberam para o governo federal R$ 353 bilhões por ano, ou 2,78% do **PIB**, quando as medidas estiverem maduras, após cerca de dez anos.

No pacote sugerido pelo economista, entram medidas como a revisão geral dos gastos tributários (R$ 40,5 bilhões), a restrição das emendas parlamentares a 0,25% da despesa primária (R$ 39,8 bilhões), a elevação da idade mínima de aposentadoria para mulheres, trabalhadores rurais e pensões (R$ 101,6 bilhões) e o fim das deduções de saúde, educação e dependentes do Imposto de Renda (R$ 38,3 bilhões).

"Se você está preocupado somente com o fiscal, algumas dessas medidas são efetivas, como reduzir o tamanho do Bolsa Família para os níveis pré-pandemia. Mas isto não necessariamente melhora a vida das pessoas, nem a eficiência do gasto público. Algumas delas, se implementadas, vão piorar a qualidade do gasto", explica Firpo, que foi secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) de 2023 a 2025. "Obviamente, o quanto disso vinga é uma questão que depende da política. A minha análise focou em usar os recursos públicos do ponto de vista de quem mais precisa".

O estudo - que pode ser acessado na página do observatório - pensa o ajuste em um horizonte longo, de dez anos, com economias crescentes ao longo do tempo, suavizando o efeito de muitas das medidas listadas. Tematicamente, elas se dividem em sete blocos: regras fiscais - que respondem por economia equivalente a 0,45% do **PIB**, já desconsideradas eventuais sobreposições com outra medidas, a partilha com Estados e municípios e outros descontos -; Previdência (0,97%); Trabalho e Assistência (0,45%); Pessoal (0,26%); Educação, Saúde e Habitação (0,19%); Gastos Tributários (0,63%) e Subsídios (0,03%). Deste total, Firpo subtrai - por conservadorismo - 0,2% relativo à reversão da elevação do IOF e o retorno da receita de petróleo ao piso da saúde.

Há ainda dois subsídios que não transitam pelo resultado primário (exclui gastos com juros), mas têm efeito financeiro: o fim dos subsídios creditícios de BNDES, Finep e dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCF), e o fim do subsídio implícito do Fies. Essas medidas melhorariam o resultado nominal em 0,25 ponto percentual do **PIB**.

Da economia bruta estimada para o pacote escolhido, 35,4% vêm de medidas que atingem o topo ou a faixa acima da mediana da distribuição de renda brasileira - além das já citadas, estão propostas como o fim da isenção de Imposto de Renda sobre aposentadorias e pensões de portadores de doenças graves (R$ 10,2 bilhões), limitar os juros sobre capital próprio (R$ 10 bilhões) e regular o teto remuneratório e eliminar supersalários (R$ 10,2 bilhões).

Por outro lado, 13,9% alcançam o meio ou a base, como uma série de medidas de pente-fino e revisão de regras em programas sociais, como perícias para benefícios por incapacidade (R$ 9,9 bilhões), Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas com deficiência (R$ 15,2 bilhões) e seguro-defeso (R$ 2 bilhões).

As 30 medidas que integram o programa de Firpo foram pinçadas de um cardápio de 44 propostas que circularam nos últimos dois anos partindo do próprio governo, da academia, de centros de pesquisa e do mercado financeiro. Algumas também são de sua autoria. Somadas, elas alcançam R$ 910,1 bilhões, ou 7,17% do **PIB**.

A novidade é a forma como ele afunila a seleção, usando um critério analítico que prioriza cortes em políticas de pior desempenho e preserva as de melhor

avaliação. Em linhas gerais, o exercício atribui uma nota de 0 a 10 a cada item, segundo cinco fundamentos: efetividade, eficiência, sobreposição, efeitos distributivos e sustentabilidade, e também as organiza segundo o grau de evidência avaliativa sobre cada política. Depois, descarta as propostas cuja nota ficaram abaixo da média do grupo.

Das 38 que passaram por esse crivo, seis terminaram de fora porque seus efeitos dependem muito do desenho final, a ser dado pela política, ou porque são excludentes entre si. O fim do abono salarial, por exemplo, rende R$ 22,3 bilhões, e foi escolhido em detrimento de propostas que o fundem com outros programas.

Outras duas não geram economia de gasto. Nessa prateleira está a redução do teto de crescimento real (acima da **inflação**) da despesa do arcabouço de 2,5% para 1,5%, medida que vem sendo estudada dentro da equipe econômica de Lula.

No exercício de Firpo, isto ocorre devido a uma premissas central adotada nas simulações, a de que a receita cresce 2% ao ano em termos reais. Uma vez que, pela regra vigente, a despesa pode crescer 70% da receita primária, o efeito final é uma expansão de 1,4%, ou seja, ainda abaixo desse novo teto.

Embora não gere ganho sob as premissas adotadas, tal movimento teria dois efeitos positivos, diz o economista. Primeiro, evita que anos de receita mais forte se convertam em expansão permanente da despesa. Uma expansão de 3,6% da receita em determinado ano, por exemplo, permitiria uma expansão da receita limitada a 1,5%, e não mais 2,5%, como atualmente.

Segundo, reduz o espaço potencial que pode ser preenchido por despesas novas. "Uma das preocupações do ajuste é exatamente evitar que o espaço fiscal aberto seja preenchido por outros gastos. Por exemplo: se sobrar recurso das emendas, mas eles forem utilizados para outros gastos, o ajuste fica debilitado", explica ele. "Ao se reduzir o limite, o espaço disponível também fica menor."

O economista vê com bons olhos tetos ainda mais baixos para o crescimento real da despesa, desde que ele não atinja as despesas prioritárias. "E não adianta rebaixar isso se obrigatórias crescerem sem controle. Isso só vai comprimir discricionária", acrescenta.

Entre as seis medidas cujo efeito depende muito do desenho final a ser dado pela política, estão temas como a reoneração da folha salarial, mudança do piso constitucional da saúde e a regra de reajuste do salário mínimo.

Embora não inclua uma regra para o salário mínimo no conjunto final, o economista traça cenários possíveis de acordo com hipóteses que estão sendo discutidas publicamente. Se a regra permanecer - ganho real limitado ao teto do arcabouço, de 2,5% -, o pacote segue entregando 2,78% do **PIB**. Caso o limite de crescimento real da despesa for rebaixado a 1,5%, a economia sobe para 2,92% do **PIB**. Se reajuste real do mínimo for limitado a 1%, como defende o economista Manoel Pires, ela sobe a 3,11%. E, se a escolha for apenas a correção pelo mínimo, chega a 3,49%.

Em relação à desindexação das aposentadorias do mínimo, existe um debate sobre se a medida viola ou não uma cláusula pétrea da Constituição - alguns analistas creem que é possível contornar essa imposição. Em sua proposta, Firpo adota o outro entendimento e, por isso, o deixou de fora. "O ideal seria ter pisos diferentes para o mercado de trabalho, a previdência e a assistência. Mas a Constituição liga tudo ao salário mínimo. Então não adianta pensar nisso", diz.

A evolução da demografia brasileira embasa a decisão de congelar em termos reais os gastos da educação, mas não os da saúde. Em relação ao primeiro, a taxa de natalidade em queda no país justifica a escolha. Ao mesmo tempo, lembra, o gasto federal está parcialmente protegido pela expansão do Fundeb.

"Quem sai prejudicado é o ensino superior. Mas é possível compensar parte disso cobrando mensalidade na graduação para alunos com renda familiar per capita acima de dois salários mínimos", pondera.

De acordo com o Banco Mundial, 65% dos estudantes das universidades federais pertenciam aos 40% mais ricos da população em 2017. Já a cobrança feita nos moldes acima preserva a gratuidade para cerca de três quartos dos estudantes do ensino superior público, segundo seus próprios cálculos.

No caso da saúde, além da demografia agir no sentido contrário, com avanço da idade média, pesa o fato de que os gastos em todo o mundo são crescentes, em função do avanço tecnológica. Firpo, portanto, defende que a despesa possa continuar crescendo, mas com uma mudança na regra.

"Sou a favor de desvincular [da Receita Corrente Líquida]. Podemos pensar em algo como IPCA mais um aumento porcentual qualquer. Até porque, da forma como é hoje, o gasto é pró-cíclico: em momentos de recessão, talvez quando a área é mais requisitada, o recurso é menor", explica.

Além das medidas, o estudo de Firpo mostra qual o

caminho no Congresso de cada medida também dá uma ideia de quanto ela pode render caso as emendas constitucionais e atos infralegais entrem em vigor já em 2027 e as leis ordinárias e complementares sejam passem em 2028. Em 2029, dois anos depois do início de sua implementação, o pacote responderia por uma economia equivalente a 0,72 p.p. do gasto primário. Cinco anos depois, em 2032, por chegaria a 1,79 p.p. No décimo ano, em 2037, alcançaria 2,74 p.p., já perto de seu efeito máximo.

Ele também calcula o custo do atraso. Caso as medidas demorem um ano para serem aprovadas, o primário em 2029 cai a 0,16 e a 1,60 ponto do **PIB** em 2032. Com atraso de dois anos, a economia vai a, respectivamente, 0,05 ponto do **PIB**. e 1,41 ponto do **PIB**.

"O problema é que, quanto mais se demora para fazer o ajuste, mais instrumentos emergenciais é preciso usar. Mais bloqueio, contingenciamento, faseamento de execução, mais economia na boca do caixa. É o fornecedor que você deixa de contratar, a obra que não termina... E isso também afeta a qualidade da política pública", diz Firpo. "Essa é a minha maior preocupação. Porque não é possível ignorar o ajuste fiscal. Quanto mais adia, mais sobe o juro, pior fica o endividamento da famílias, e maior a pressão para fazê-lo. Só que fazer sob pressão é receita para baixar a qualidade. Então é melhor ter plano, evitar afetar muito a política pública que se oferece."

Endividamento deve reduzir tíquete da Black Friday

"Endividamento não significa que famílias deixarão de comprar, mas que terão menos espaço para compras por impulso" Ana Paula Tozzi

Com o endividamento das famílias em nível recorde, a Black Friday deste ano deve ter vendas mais concentradas em produtos de menor valor, enquanto bens duráveis, como móveis e eletrodomésticos, tendem a enfrentar maior dificuldade para atrair consumidores. Descontos mais agressivos e o pagamento do 13 salário podem dar algum fôlego ao comércio, mas não devem reverter o quadro de consumo pressionado pelo comprometimento da renda e pelo custo do crédito, segundo economistas e analistas ouvidos pelo Valor.

O varejo restrito (que não inclui veículos e motos, partes e peças, material de construção e atacarejo) deve faturar R$ 296,8 bilhões em novembro de 2026, queda de 2,5% em relação ao mesmo mês de 2025, segundo estudo da IEMI - Inteligência de Mercado.

O mês também deve responder por 8,7% do faturamento do varejo em 2026, abaixo dos 9% registrados em 2025 e 2023 e dos 9,1% de 2024. Apesar disso, no acumulado do ano, a expectativa é de faturamento de R$ 3,43 trilhões, avanço de 0,9% ante 2025.

Para Marcelo Prado, diretor e consultor da IEMI, o endividamento e o alto comprometimento da renda explicam em grande parte a redução. Mas, segundo ele, a disparada das importações e o fim da "taxa das blusinhas", somados ao aumento de **impostos** e às incertezas futuras, "completam um quadro pouco animador para o fim do ano e para o início de 2027".

Em outubro, 81,6% das famílias brasileiras estavam endividadas, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da Confederação Nacional do Comércio (CNC). Após atingir 82% em julho e permanecer estável em agosto, o percentual vem recuando, com queda de 0,4 ponto percentual desde o pico.

Os dados também mostram que 29,3% tinham contas em atraso e 12,2% afirmaram não ter condições de pagar as dívidas.

O Banco Central também mostrou que o endividamento das famílias com operações de crédito chegou a 50,1% da renda acumulada em 12 meses em agosto, superando pela primeira vez a marca de 50% e atingindo o maior patamar da série histórica, iniciada em janeiro de 2005. No mesmo mês, o comprometimento da renda com o pagamento de dívidas também alcançou nível recorde: 29%.

Rodolpho Tobler, economista do FGV Ibre, explica que o elevado número de pessoas endividadas e inadimplentes indica que o potencial de consumo das famílias está comprimido. No ano passado, o crescimento da renda, impulsionado pelo mercado de trabalho, ajudou a atenuar esse cenário. Neste ano, porém, a maior estabilidade do emprego, os juros elevados e o avanço das dívidas reduzem esse espaço.

"A gente deve ter uma Black Friday mais desafiadora que nos últimos anos. Olhando três ou quatro anos atrás, a economia estava mais forte, crescendo em ritmo mais acelerado, e os resultados foram melhores. Este ano talvez seja um pouco mais parecido com o ano passado, que, na minha avaliação, também foi mais fraco do que os anteriores."

O economista também aponta uma perda de fôlego da confiança de consumidores varejistas. O Índice de Confiança do Consumidor do FGV Ibre avançou 0,5 ponto em outubro, mas após cinco quedas consecutivas. Já o Índice de Confiança Empresarial da instituição recuou 0,3 ponto no mês, na quarta queda consecutiva.

Tobler avalia que os segmentos com produtos de maior valor, como móveis e eletrodomésticos, podem apresentar desempenho mais fraco nesse cenário, por dependerem mais de crédito, empréstimos ou compras parceladas. Por outro lado, itens de menor valor podem ter um desempenho melhor, por exigirem menos comprometimento do orçamento das famílias.

"É difícil imaginar o consumo de itens muito caros, porque demandam algum tipo de crédito e espaço no orçamento, além de uma previsibilidade financeira que talvez não exista neste momento. Há também a questão dos juros, já que geralmente essas compras estão mais ligadas ao crédito. Talvez esse ainda não seja o perfil de consumo."

Ana Paula Tozzi, CEO da AGR Consultores, também vê os bens duráveis mais pressionados, principalmente nas faixas de menor renda, por serem compras que o consumidor consegue adiar. Beleza, perfumaria, moda acessível e produtos de menor tíquete, segundo ela, podem se sair melhor. "O endividamento elevado não significa que as famílias deixarão de comprar, mas que terão menos espaço para compras por impulso e produtos de maior valor."

Para a consultora, o parcelamento sem juros, tradicional motor da data, perdeu parte da capacidade de estimular consumo adicional. "Com a renda comprometida e os limites dos cartões tomados, oferecer dez parcelas sem juros não resolve quando o consumidor já não tem espaço no orçamento", diz. Ela espera mais descontos para pagamento via Pix e parcelamentos mais seletivos.

Alexandre Maluf, economista da XP, lembra que, entre junho e agosto, a Pesquisa Mensal de Comércio, divulgada pelo IBGE, mostrou queda expressiva nas vendas do varejo mais sensível ao crédito, principalmente nos segmentos de bens duráveis, como móveis e eletrodomésticos.

Apesar da dificuldade para esses segmentos, os estoques elevados podem abrir espaço para descontos mais agressivos e estimular as vendas durante a Black Friday, avalia Maluf. Para ele, a data pode apresentar resultado positivo, embora com maior participação de itens de menor valor. Os bens duráveis, porém, também podem ter um "suspiro" com as promoções.

O acúmulo de estoques também é um sinal de alerta para a indústria. O Índice de Confiança da Indústria (ICI), do FGV Ibre, mostrou que o indicador de estoques avançou 1,8 ponto em setembro, para 110 pontos, atingindo o maior nível desde novembro de 2025. Leituras

acima de 100 pontos indicam que as empresas avaliam seus estoques como excessivos ou superiores ao nível desejado.

"O que pode ajudar justamente é esse efeito preço, porque os estoques estão elevados. Então, pode haver algum incentivo à demanda devido a descontos mais intensos. Também é preciso lembrar que é mês de pagamento do 13 salário e que, em relação ao ano passado, tivemos ganhos salariais reais acima da **inflação**. Isso, de certa forma pode resultar em uma demanda um pouco maior", explica o especialista.

Luiz Guanais, analista de varejo e consumo do BTG Pactual, também espera aceleração das vendas em relação ao ano passado, puxada por cupons e frete grátis anunciados pelas grandes plataformas de comércio eletrônico. Segundo ele, a renda pressionada leva o consumidor a buscar promoções, e o crédito ganha peso na data porque as famílias endividadas precisam dele para comprar. Para o analista, porém, a data não muda a dinâmica desafiadora do consumo, que tende a se concentrar em poucas empresas com mais capacidade de investimento.

Tobler também avalia que medidas adotadas no período eleitoral podem contribuir para aquecer o consumo no fim do ano. Entre elas, cita o reajuste de 15,04% do Bolsa Família. Maluf aponta que a proibição das apostas on-line também pode favorecer as vendas na Black Friday, ao permitir que parte da renda antes destinada às apostas seja redirecionada para o consumo.

Tozzi, por outro lado, pondera que parte importante do 13º deve ir para o pagamento de dívidas. Para ela, o maior risco é transferir para novembro compras que seriam feitas em dezembro, inclusive de presentes de Natal. "Isso pode fazer novembro crescer sem que a soma dos valores do último bimestre apresente o mesmo crescimento", avalia.

Colômbia busca acordo de US$ 15 bi com o FMI

A Colômbia está negociando um empréstimo de cerca de US$ 15 bilhões com o Fundo Monetário Internacional (FMI), enquanto o governo busca estabilizar suas contas públicas sob pressão, segundo pessoas a par do assunto.

O acordo negociado é do tipo stand-by, destinados a ajudar países a enfrentar problemas de curto prazo ou potenciais no balanço de pagamentos e podem durar até três anos. Os empréstimos normalmente são pagos em prazos de três anos e três meses a cinco anos.

A Colômbia pretende utilizar os recursos do programa, em vez de mantê-lo como uma linha preventiva, acrescentaram as fontes.

O FMI afirmou que a trajetória fiscal da Colômbia era insustentável, enquanto o ministro da Fazenda, Miguel Gómez, descreveu a situação como a pior da história do país.

O governo enviou ao Congresso um pacote de cortes de gastos e aumentos de **impostos** para reduzir o déficit orçamentário, que pode chegar o recorde de 9,4% do **PIB** em 2027 sem um ajuste fiscal.

O que os mercados financeiros esperam dos Democratas

Políticas da gestão atual, como ataques à autonomia do Fed e o uso volátil de tarifas, geraram desconforto entre investidores

Agora que conquistaram o controle do Congresso dos Estados Unidos de forma dramática nas eleições de meio de mandato da semana passada, os democratas enfrentam o desafio de como exercer sua nova influência.

Se precisavam de um lembrete da dificuldade da tarefa que têm pela frente, a atual turbulência nos mercados de ações serviu como tal. Os democratas precisam não apenas lidar com possíveis vetos presidenciais às suas políticas econômicas, mas também evitar alimentar uma instabilidade de longo prazo nos mercados.

Eles precisarão convencer os investidores de que podem trabalhar com o presidente Donald Trump para promover o crescimento e melhorar o poder de compra; adotar uma postura inteligente em relação à segurança da inteligência artificial (IA), à estabilidade financeira e à sustentabilidade fiscal; e facilitar a liderança global dos EUA. Tudo isso enquanto navegam por um cenário doméstico e global estruturalmente incerto.

A importância dessa tarefa é ressaltada pela sensibilidade da economia em relação ao mercado de ações. O ciclo de alta - que, no mês passado, completou quatro anos - tem sustentado a economia ao impulsionar a riqueza e, consequentemente, o poder de gasto da parcela mais abastada da população; ao facilitar o financiamento para os planos de investimento e contratação das empresas; e ao atrair capital global.

Embora o setor de IA tenha apresentado oscilações, muitos investidores parecem encarar o momento como uma oportunidade de compra - uma "rotação de ativos" - em vez de um motivo para sair do mercado.

Para transformar essa expectativa em realidade, os democratas precisarão apresentar resultados em quatro frentes. Primeiro, conter políticas da atual administração que, nos últimos dois anos, geraram desconforto significativo entre investidores - como os ataques à autonomia do Federal Reserve (Fed) e o uso volátil de tarifas.

O primeiro ponto torna-se mais simples agora que o Senado, sob controle democrata, poderá barrar nomeações de caráter puramente político para o conselho do Fed. Essa redução no risco de enfraquecimento da autonomia política do banco central também pode abrir caminho para que Jerome Powell, ex-presidente do Fed, deixe o conselho antes do término oficial de seu mandato, em janeiro de 2028, caso assim deseje. Quanto às tarifas, será necessário chegar a acordos com Trump; contudo, os democratas podem encontrar apoio para defender uma redução no uso dessas taxas ao apontar a clara preocupação do eleitorado com a **inflação**. Em segundo lugar, é preciso promover um salto no potencial de crescimento, de modo a elevar os padrões de vida, reduzir as desigualdades de oportunidade e ajudar a enfrentar desafios de longo prazo, como as mudanças climáticas. Isso inclui evitar entraves ao desenvolvimento da IA - tanto no que diz respeito à inovação de fronteira quanto à sua difusão por toda a economia.

Embora seja legítimo buscar moderar a abordagem de "liberdade total" adotada pelo governo em relação à IA, isso deve ser feito de modo construtivo e criterioso, dado o potencial da tecnologia para contribuir de forma decisiva para o bem-estar econômico e a segurança nacional. Em vez de proibir a instalação de data centers, por exemplo, o Congresso e os governadores devem concentrar esforços em garantir que seu desenvolvimento ocorra de forma segura, mantendo um diálogo com líderes do setor tecnológico e outros executivos corporativos. O objetivo deve ser priorizar o uso da IA como ferramenta de potencialização do trabalho humano, em detrimento da substituição de postos de trabalho.

Esse diálogo é igualmente importante para a terceira área: o fortalecimento da segurança em IA, da estabilidade financeira e da sustentabilidade fiscal. Como defendi em artigo recente, escrito em coautoria com Alex Imas e James Manyika para a revista "Foreign Affairs", as parcerias público-privadas são fundamentais para definir os padrões, a regulamentação e a governança necessários para a segurança em IA. Além disso, essas parcerias ajudam a minimizar o risco de uma regulação excessiva, como a observada durante a gestão Biden.

O novo Congresso - sob controle democrata - também precisará trabalhar em conjunto com o governo para enfrentar deficiências orçamentárias estruturais que pressionam os gastos, reduzem a flexibilidade e tornam o regime fiscal menos favorável ao crescimento. Isso envolverá escolhas particularmente complexas na área da saúde: o desejo dos democratas de ampliar o acesso a serviços de saúde a preços acessíveis precisará ser acompanhado por uma geração de receita suficiente ou por cortes em outras áreas.

Quanto mais os democratas obtiverem êxito nessas frentes, maior será o espaço para avanços no cenário global. Ao demonstrar previsibilidade política e capacidade de engajamento, os EUA ainda têm a oportunidade de recuperar sua posição como líderes globais, capazes de orientar e influenciar a obtenção de melhores resultados em outras partes do mundo.

Para os democratas, não se trata apenas de converter suas expressivas vitórias nas eleições de meio de mandato em resultados sólidos e duradouros para a economia e os mercados. Trata-se, também, de garantir que essa vitória não seja passageira, preparando o partido para o objetivo maior: a eleição presidencial de 2028.

Credores de recuperações têm R$ 13,2 bi a receber

"Recuperação é uma negociação com bancos e com a cadeia de fornecimento" Joice Ruiz

As instituições financeiras e empresas que não possuem nenhuma garantia real da dívida são a maior classe de credores das recuperações judiciais no país. Segundo levantamento do Monitor RGFBIZDOC, embora representem 33,7% dos credores das recuperações, os chamados quirografários concentram 71,3% do valor devido, que, no terceiro trimestre deste ano, chegou a R$ 13,2 bilhões.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Os credores com garantia real, por sua vez, são 1,6% do total, mas têm direito a receber 16,4% do valor devido. A maior classe dos credores é formada pelos trabalhadores das empresas (48,9%), mas a dívida com eles representa só 7,2% do valor. As pequenas e médias empresas, por fim, são 15,8% dos credores e têm direito a 5,2% do valor devido nessas reestruturações.

Foram analisados 288 editais e quadros de credores publicados no período. Tratam-se de processos já em curso, com listas de credores fornecidas pelos administradores judiciais, pela própria empresa ou já aprovadas pelo quadro geral de credores. Assim, não são necessariamente processos novos, mas casos antigos que tiveram edital publicado agora.

Para a administradora judicial Joice Ruiz, da AJ Ruiz Administração Judicial, os dados mostram que a recuperação judicial no Brasil "é, antes de tudo, uma negociação com o sistema financeiro e com a cadeia de fornecimento". "Ou seja, mostra a relevância dessa classe para a reestruturação financeira das empresas, especialmente porque nela estão incluídas instituições financeiras, fornecedores e outros credores cujos créditos não contam com garantia real", diz.

O levantamento calcula que o passivo mediano por edital de recuperação judicial gira em torno de R$ 12 milhões. Em 21 editais, a dívida é menor que R$ 1 milhão; em outros 25, é mais alta que R$ 100 milhões. Em 23% dos editais levantados no período, um único credor detém metade ou mais do passivo.

Os setores que mais concentram as dívidas são os bancos (detentores de R$ 5,3 bilhões dos créditos, equivalentes a 60,1% do total); o agronegócio (R$ 1,4 bilhão); o comércio (R$ 436 milhões); e a indústria (R$ 277 milhões). Do total devido para as instituições financeiras, os bancos públicos têm direito a 21,7% do valor; os privados, 11,3%; as securitizadoras e fundos, que compram ativos e direitos de recuperandas, 5,3%; as cooperativas de crédito concentram 3,5% do valor; e os bancos de montadoras, 1,9%.

Mesmo entre as instituições financeiras o crédito é pulverizado. O maior credor, segundo o levantamento, é o Banco do Brasil, mas ele detém só R$ 1,7 bilhão das dívidas; a Caixa Econômica Federal aparece em segundo lugar, com R$ 796 milhões; e o Bradesco em seguida, com R$ 494 milhões. Procurados, todos os três bancos informaram que não comentariam os dados.

Os valores abrangem tanto créditos quirografários quanto os com garantia real, pois os bancos podem deter ambos os tipos. Segundo Joice Ruiz, os números ainda subestimam o peso dos bancos entre os credores. "Boa parte do crédito bancário é garantida por alienação fiduciária e cessão fiduciária de recebíveis, e esses créditos ficam fora da recuperação por força do artigo 49, parágrafo 3º, da Lei 11.101/2005", explica. "A exposição bancária real é maior do que os quadros de credores mostram."

O levantamento também mostra as principais razões listadas pelas empresas para que a situação tenha chegado a esse ponto. A razão mais citada é a "inadimplência dos clientes". O fato foi citado em 55% das petições iniciais de recuperação com causa legível do terceiro trimestre. No mesmo período do ano passado, era mencionada por 45% dos pedidos.

Em seguida, aparecem a queda de faturamento e demanda, citada por 16% das empresas que pediram recuperação; empatada com o custo do crédito e juros, também citado em 16% das petições. O item seguinte, clima e colheita, foi um problema para 14% das empresas que pediram recuperação no terceiro trimestre; endividamento e caixa foi citado em 10% das petições, e a pandemia ainda apareceu em 8% dos pedidos.

André Aroldo Freitas de Moura, professor da FGV EAESP e consultor de valuation, explica que a inadimplência na verdade é o principal fator para a

falta de caixa das empresas. "Pode ser, obviamente, que a falta de caixa seja causada por falta de recebimento que vem da inadimplência de clientes, o que costuma acontecer em ambiente de juro alto, incerteza política, **inflação** crescente. Aí fica realmente difícil as pessoas pagarem", afirma.

Joice Ruiz acrescenta que a inadimplência no topo da lista revela um efeito dominó, em que uma empresa que não recebe deixa de pagar seus fornecedores, que também passam a ter problemas de caixa. "Quando isso se soma a juros altos e queda de demanda, o capital de giro fica caro e escasso, e a empresa passa a pegar dívida nova para pagar dívida antiga", diz. "No agronegócio, por exemplo, uma quebra de safra num ano de preços baixos e crédito caro pode comprometer o produtor de uma vez só."

Segundo os especialistas, a melhor forma de evitar que esse tipo de crise evolua para a recuperação judicial é agir preventivamente. "Muitas empresas procuram alternativas de reestruturação apenas quando a situação de liquidez já está bastante comprometida. Nesse estágio, as possibilidades de negociação são menores, os custos da reestruturação aumentam e a recuperação da confiança dos credores se torna mais difícil", afirma Joice Ruiz.

Para André Moura, é preciso que a empresa tenha um bom modelo de negócios, e que busque a recuperação quando há uma falta momentânea de caixa. "Uma recuperação judicial é ótima para ter um prazo maior para reestruturar o caixa. Mas se o modelo de negócio opera em prejuízo sem gerar caixa, aí fica complicado."

COMO VIABILIZAR NOVOS PROJETOS

POR JIANE CARVALHO

O Brasil deve encerrar 2026 com um novo recorde de investimentos em infraestrutura, na casa dos R$ 300 bilhões, segundo a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib). O avanço, porém, ainda está distante das necessidades do país. Para reduzir o déficit no setor, será necessário combinar maior participação de recursos públicos, financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e capital privado, tanto por meio de crédito quanto de investimentos diretos nos projetos. A defesa da manutenção dos incentivos fiscais para as debêntures e a criação de um fundo garantidor capaz de atrair players para capital em projetos greenfield são algumas das propostas.

A Abdib estima que o hiato de investimentos equivale a 1,78% do Produto Interno Bruto (**PIB**) por ano - cerca de R$ 225,3 bilhões adicionais anuais ao longo de dez anos. Em 2025, os aportes somaram R$ 280,4 bilhões, recorde da série iniciada em 2010 e alta real de 3,2% sobre 2024. Os recursos privados responderam por 78% do total.

"O ambiente hoje é melhor, com projetos mais bem estruturados, um mercado de capitais que ganhou espaço e um bom portfólio de produtos", afirma Venilton Tadini, presidente-executivo da Abdib. Para ele, a iniciativa privada tem puxado os investimentos "até mais do que deveria", enquanto o poder público precisa ampliar sua participação, sobretudo em projetos estruturantes, como ferrovias e mobilidade urbana.

Em 2025, as debêntures incentivadas captaram R$ 176 bilhões, mais que o dobro dos R$ 71,4 bilhões em crédito aprovado pelo BNDES para infraestrutura. O mercado, porém, não substitui os recursos públicos, na visão do presidente da Abdib, em projetos que não atraem investidores em condições comerciais.

Boa parte dos investimentos privados recentes foi destinada à melhoria ou à expansão de ativos já em operação, com receitas mais previsíveis. Agora, o desafio é financiar empreendimentos novos, sem demanda consolidada ou fluxo de caixa conhecido.

"A época em que faltavam bons projetos ficou para trás, o mercado de capitais avançou e passou a dividir com o BNDES o financiamento da infraestrutura. Porém quase tudo foi reciclagem de ativos, e esses projetos estão acabando", afirma Saulo Puttini, sócio do escritório Levy Salomão Advogados. Ele defende uma nova carteira de empreendimentos, incluindo ferrovias e rodovias que conectem regiões.

Linhas de transmissão, com remuneração definida, e saneamento, com demanda menos sensível às oscilações econômicas, atraem mais facilmente capital privado. Em projetos sem receitas previsíveis, o financiamento é mais difícil.

Uma das soluções em discussão é um fundo garantidor para projetos greenfield, que divida os riscos entre Estado e investidores. "No mundo todo, quem faz projeto de vanguarda em infraestrutura tem o Estado ancorando de alguma forma. Não dá para esta primeira fase ser financiada pela iniciativa privada", diz Puttini. Para ele, os recursos do fundo deveriam ser reservados a esses empreendimentos.

A necessidade de apoio público também é evidente nas rodovias. Segundo Tadini, transporte e logística têm o maior hiato setorial, com necessidade de R$ 208,4 bilhões adicionais por ano. Parte da malha federal não tem tráfego suficiente para atrair concessionárias. Nesses casos, defende o executivo, são necessárias parcerias público-privadas (PPPs), financiadas pelo orçamento ou apoiadas por garantias públicas. Segundo a Abdib, 65% da malha rodoviária federal pavimentada ainda não foi transferida à iniciativa privada.

Marcelo Souza, CIO de infra core e cofundador da área de infracrédito do Patria Investimentos, cita mecanismos de proteção de receita adotados na Colômbia, onde o Patria investe para viabilizar rodovias. Embora não veja o Estado como empresário ideal, defende condições para mobilizar capital privado, além de um fundo garantidor. "Apenas um fundo de R$ 1 bilhão ou de R$ 3 bilhões dificilmente resolveria o problema sozinho. É importante que a garantia proteja a receita futura, e não apenas a dívida."

A criação de um fundo garantidor está nos planos do BNDES, mas não há prazo para sua implementação. "O tema está em nossa pauta, mas precisamos de recursos orçamentários para a criação do fundo. Deve ficar para o próximo governo", afirma Luciana Costa, diretora de infraestrutura, transição energética e mudança climática do banco.

Para ela, dobrar os investimentos exige combinar

fontes: "Projetos de infraestrutura não são financiados com apenas um bolso de liquidez, não é só BNDES, só mercado de capitais ou só bancos privados. A gente precisa de uma gama de investimentos organizados".

Entre janeiro de 2023 e agosto de 2026, o BNDES aprovou R$ 292 bilhões para infraestrutura, em parceria com agentes privados. Mais de 70% das aprovações não envolveram subsídios; até dezembro de 2022, todos os financiamentos do banco para o setor tinham subsídio na taxa. O banco também ampliou a atuação em project finance non-recourse, em que o pagamento da dívida depende do fluxo de caixa do empreendimento. Costa informa que, nessa modalidade, aprovou R$ 70 bilhões para transporte e saneamento entre 2023 e agosto de 2026.

O BNDES tenta estimular as debêntures de infraestrutura, criadas em 2024 com incentivo fiscal para o emissor, em vez de para o investidor, como ocorre nas debêntures incentivadas. O objetivo é atrair investidores institucionais, como fundos de pensão. Até agora, houve apenas duas emissões, que somaram R$ 1,8 bilhão. A primeira, da Eldorado Celulose, captou R$ 1 bilhão em 2025, com participação do banco. "Temos várias no pipeline para sair nos próximos meses. Onde o BNDES está o mercado fica seguro em participar", diz Costa.

Apesar dos esforços públicos e privados para atrair investidores em infraestrutura, uma melhora nas condições econômicas é fundamental. Felipe Pinto, managing partner e CEO dos fundos flagship de infraestrutura do Patria, afirma que os juros elevados tornam os projetos menos competitivos em relação aos títulos públicos. "Com o risco soberano oferecendo 7%, 8% de retorno, qual prêmio será cobrado para investir em infraestrutura? O fundo de pensão, alvo das debêntures de infra, faz a conta e não vê motivo para correr esse risco", diz.

As debêntures incentivadas seguem como fonte importante de financiamento, mas as emissões perderam ritmo em 2026. Segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), até setembro foram captados R$ 74,1 bilhões, queda de 35% ante igual período de 2025, depois do recorde de R$ 176,9 bilhões em 2025. O desempenho mais fraco reflete a piora na relação risco e retorno, que desestimula tanto emissores quanto investidores.

Tadini defende a manutenção dos incentivos fiscais, que voltaram a ser alvo do governo na tentativa de elevar a arrecadação. Com juros elevados, argumenta, já é difícil convencer investidores institucionais a trocar a renda fixa por projetos de infraestrutura, que envolvem mais riscos. As debêntures incentivadas e de infraestrutura representam cerca de R$ 500 bilhões de um universo de R$ 2 trilhões em títulos incentivados, destaca o executivo. "Retirar o benefício enfraqueceria uma fonte de financiamento que levou anos para se consolidar, justamente quando o país precisa ampliar os investimentos públicos e privados."

Além das garantias e dos incentivos, a previsibilidade regulatória é essencial para atrair investidores nacionais e estrangeiros. Puttini, do Levy Salomão, defende regras claras, cronogramas regulares de concessões e disponibilidade de financiamento. Felipe Pinto, sócio e CIO de infraestrutura do Patria, por sua vez, aponta como exemplo os problemas de regulação e as restrições à geração (curtailment) como entraves para novos investimentos em energia solar e eólica. "O setor está muito desarrumado. Temos parques eólicos e solares, mas não temos intenção de seguir investindo", afirma. O Patria investe em infraestrutura na América Latina por meio de fundos, dívida e participação acionária. Dos R$ 20 bilhões aplicados na região, cerca de 70% estão no Brasil.